

Subsídio para implantação do Projeto Escola de Cidadania Textos de Apoio



ESCOLA DE CIDADANIA
DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

2º Caderno



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DO SUBSÍDIO

Leandro Alves Lopes

COLABORADORES

Eduardo Brasileiro

Francisco Andrade de Lima

João Clemente de Souza Neto

José Nildo Alves Cardoso

Leandro Alves Lopes

Maria Lidiany Santos Nogueira

Maria Stela dos Santos Graciani

Marilda dos Santos Lima

Regina Coeli Calil Lustoza Leão

Márcia Maria de Souza Miranda

Sérgio Henrique Teixeira

Vitor Cavalcante de Sousa Valério

DIAGRAMAÇÃO

Márcio Montenegro

REVISÃO

Maria Suzete Casellato

FOTOS

Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto -
Pastoral do Menor Região Belém



Coordenação Nacional

Coordenadora Nacional:
Vice-Coordenadora Nacional:
Bispo Referência PAMEN Nacional:
Auxiliar de Coordenação:
Mobilização de Recursos:

Regina Coeli Calil Lustoza Leão
Marilda dos Santos Lima
Dom Luiz Gonzaga Fechio
Angela L. Ramos Evangelista
Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene)

Coordenadores das Regiões

Região Norte:
Região Nordeste:
Região Sudeste:
Região Sul:
Centro-Oeste:

Márcia Maria de Souza Miranda
Nipson Richard Oliveira de Freitas
Pe. Ovídio José Alves de Andrade
Pe. Valter Fiorentin
Arlene Aparecida Pinheiro Pires Domingues

Coordenadores dos Regionais

Norte 1:
Noroeste:
Norte 2:
Nordeste 1:
Nordeste 2:
Sub-regional NE 2 PB:
Sub-regional NE2 RN:
Nordeste 5:
Leste 1:
Leste 2:
Sub-regional L2 ES:
Sul 1:
Sul 2:
Sul 3:
Sul 4:
Oeste 1:
Arquidiocese de Brasília:
Representante no CONANDA:

Ana Maria Silva Soares
Arildo Oliveira Sabino
Antonio Junio Pereira
Maria Lidianny Santos Nogueira
Maria Sonia Nascimento Pereira
Amanda Pereira da Silva
Tony Marques de Oliveira
Quésia Barros Madeira
Natanne Azevedo de Lima
Alessandra Cristina de Castro
Sonia Silva Amâncio do Rosário
Diácono Everton Pereira
Célia Maria Azevedo Santana
Lino Morsch
Ir. Nair Tenroller
Arlene Aparecida Pinheiro Pires Domingues
Jovita José Rosa
Regina Coeli Calil Lustoza Leão

Sumário

Cidadania para fazer a diferença	5
Palavras da Coordenação	6
Apresentação	7
CAPÍTULO 1.....	8
1. Pressupostos	9
1.1. Pressuposto Pastoral	9
1.2. Pressuposto Pedagógico	14
1.2.1. Pacto Educativo Global – novas economias e nova educação, construindo uma felicidade coletiva.....	19
1.3. Pressuposto Político	22
1.4. Pressuposto Ecológico e Integral	26
CAPÍTULO 2.....	30
2. Ponto de partida	31
2.1. Adolescência.....	31
2.2. Adultocentrismo - que bicho é esse?	34
2.3. Cidadania	38
2.4. Protagonismo, Autonomia e Participação.....	41
2.5. Direitos Humanos - Escola de Cidadania: Um Caminho de Fé, Formação e Transformação.....	43
2.6. Cotidiano.....	47
3. Referenciais Bibliográficos	50

Cidadania para fazer a diferença

Numa sociedade tão carente de autênticos cidadãos e cidadãs, um projeto denominado Escola de Cidadania (EDC) é uma iniciativa arrojada e encantadora, ainda mais quando esta se volta para a adolescência, essa revolucionária frente de ação da Escola de Cidadania, desenvolvida por agentes pastorais preparados e dedicados da nossa provocadora PAMEN, fazendo com que sua cidadania consciente, civil e cristã seja promotora dessa mesma dignidade a tantos adolescentes, principalmente das periferias desse mundo urbano tão desumano e desigual.

Que a oportunidade da Escola de Cidadania oferecida pela nossa PAMEN em vários lugares do Brasil possa fazer com que o(a) adolescente e jovem que dela participa sinta-se verdadeiramente valorizado(a) à altura, que lhe possibilite compreender o quanto é importante em sua singularidade, para ser sujeito da construção de uma história de vida pessoal, que incida na vida de outros, ressoando, com o seu protagonismo, ou seja, seu ser pessoa que reflete a realidade e a sua própria vida, ideias e valores, em atitudes que edificam o Reino concretizado por Jesus e que significa vida digna para todos.

Que nossos adolescentes e jovens, formados na Escola de Cidadania, sejam formadores de uma sociedade justa, participativa, sustentável e pacífica.

Dom Luiz Gonzaga Fecho

Palavras da Coordenação

A inspiração da Escola de Cidadania – EDC nasce na centralidade do jovem galileu, Jesus de Nazaré. No rosto dos adolescentes e suas famílias, fomos reconhecendo o rosto desse jovem galileu, fomos sentindo a inquietação diante das injustiças, os desejos alimentados por sonhos, a alegria do encontro na partilha e na comunhão, nas possibilidades de travessias em busca de dignidade e plenitude. A presença dos adolescentes, esse vigor, é sinal para todos os Agentes da Pastoral do Menor de dias melhores em cada canto do Brasil. Por isso, acolhemos com todo o nosso afeto o testemunho de esperança das Escolas de Cidadania com seus adolescentes, familiares e educadores.

É longa a jornada da história PAMEN, desde a semente lançada por Dom Luciano, Irmã Maria Rosário e Ruth Pistori. Muitos outros os seguiram e semearam a esperança de ver a criança e o adolescente sujeitos de direito, respeitando e priorizando cada novo ciclo de vida com proteção para seu desenvolvimento integral.

Todo esforço valeu muito! Pois a beleza da ação Pastoral está em cada rosto do Cristo com sorriso de esperança na vida, em cada passo gestado, que gera perspectiva futura. Ação que se soma, em todo o território nacional, ao clamor das crianças e adolescentes por todas as injustiças e desigualdades sofridas, na certeza de construirmos com eles e por eles as necessárias transformações sociais, políticas e econômicas, que resultem na conquista de um mundo onde prevaleçam a fraternidade, a solidariedade, a justiça e a igualdade.

É exercitando a cidadania, protagonizando e acreditando que se podem realizar transformações a nível pessoal e social, gerando escolhas, que se cria incidência política exercitada por participação, mobilização e formação.

Participar de EDC possibilitará ao adolescente interagir com qualidade em reuniões, seminários, grupos de trabalho e demais eventos relacionados aos direitos da criança e do adolescente, quando convidados.

Dito isso, ressaltamos a importância do apoio das dioceses e arquidioceses na implementação das Escolas de Cidadania, identificando a capacidade da juventude de forma positiva e possibilitando o desabrochar dos potenciais e sonhos de cada adolescente que faz parte da trajetória da Pastoral do Menor.

Apresentação

Após o esforço de dezenas de educadores da PAMEN em materializar no primeiro subsídio elementos importantes para a memória, alinhamento, articulação e mobilização das EDC's, este segundo subsídio visa também responder aos anseios e desejos dos adolescentes e educadores sociais, agentes da Pastoral do Menor, espalhados pelo Brasil, que se dedicam a contribuir, por meio de suas práticas, de forma ética e colaborativa, para a formação humana de adolescentes no que tange ao campo relacional, de convivência comunitária e familiar.

De modo a qualificar nossa proposta um grupo pesquisadores orgânicos que atuam na PAMEN se reuniram com intuito de dar dignidade a prática profética da EDC, indo ao encontro da prática para formular a teoria no mesmo movimento que retorna neste material a teoria para iluminar a prática.

Nesse sentido, iniciamos com uma breve reflexão sobre os pressupostos da EDC – pastoral, pedagógico, político e ecológico –, pilares estruturantes de uma arrojada prática. No segundo capítulo diferentes companheiros e companheiras abordam algumas palavras geradoras, advinda dos debates com os educadores da rede nacional de articuladores da EDC, palavras essas como: adolescência, adultocentrismo, protagonismo, autonomia, participação e Direitos Humanos, e, no quinto capítulo, propostas de encontros para a implantação/nucleação/vinculação dos participantes da EDC.

Aproveitem, e nos colocamos à disposição.
Equipe de Assessoria das Escolas de Cidadania
Lidianny e Leandro



CAPÍTULO 1

“Vi, então, um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra desapareceram e o mar já não existia. Eu vi descer do céu, de junto de Deus, a Cidade Santa, a nova Jerusalém, como uma esposa ornada para o esposo. Ao mesmo tempo, ouvi do trono uma grande voz que dizia: ‘Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens. Habitará com eles e serão o seu povo, e Deus mesmo estará com eles. Enxugará toda lágrima de seus olhos e já não haverá morte, nem luto, nem grito, nem dor, porque passou a primeira condição’.”
(Ap 21, 1-4)



1. Pressupostos

Este capítulo traz aquilo de que não abrimos mão enquanto EDC: os pressupostos, que são tudo aquilo que se supõe antecipadamente, isso é, aquilo que se busca alcançar; desígnio, objetivo, meta. As bases do nosso caminhar.

A pesquisa do agente pastoral e educador social Leandro Alves Lopes, aponta que a EDC se estrutura sob quatro pressupostos: o Pastoral, o Pedagógico, o Político e o Ecológico. São dimensões estruturantes de uma inovadora prática sociopedagógica, sociopolítica, sociocultural e sociopastoral que se identifica com a Pedagogia Social, que, por sua vez, tem materializado ações populares com diversos grupos vulneráveis.

Para enriquecer ainda mais a reflexão, convidamos outros intelectuais orgânicos, agentes da Pastoral do Menor, que prontamente e em um curto espaço de tempo somaram suas caminhadas reflexivas às de centenas de educadores comprometidos com a EDC, e escreveram ensaios para servirem de debate e fomento de futuras reflexões, por isso, aos caros amigos e amigas externamos nossos agradecimentos.

1.1 Pressuposto Pastoral

João Clemente de Souza Neto

Os pressupostos pastorais da EDC perpassam a promessa do Deus da vida nas bem-aventuranças, em que a comunidade de São Mateus, no capítulo 5, narra que Jesus, ao ver aquelas multidões (as crianças, adolescentes e suas famílias sofredoras), subiu à montanha. Sentou-se e seus discípulos (agentes da PAMEN) aproximaram-se dele. Então, abriu a boca e lhes ensinava, dizendo:

Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o Reino dos Céus!
Bem-aventurados os que cho-ram, porque serão consolados!
Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra!
Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados!
Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia!
Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus!
Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus!
Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus!
Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de mim.
Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós”

Nessas palavras de conforto perpassa a promessa de justiça, solidariedade, libertação, paz, alegria e profetismo, e, por conseguinte, elas se tornam os pressupostos da EDC. Outro princípio de que Jesus nos ensina e que deve mobilizar a EDC está ainda indicado em São Mateus 25,35-40:

**Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver.
Então os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? ou com sede, e te demos de beber?
E quando te vimos estrangeiro, e te hospedamos? ou nu, e te vestimos?
E quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos ver-te?
E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.**

A escola de Cidadania é um dos rostos da Doutrina Social da Igreja – DSI. Diante da situação do mundo, precisamos saber em que acreditar, o que esperar, o que fazer e como fazer para transformar a sociedade. A saída é praticar a justiça, pois é de Deus todo aquele que pratica a justiça (cf. Atos 10,34-35; 1João 3,7).

Esses elementos estão no coração dos adolescentes, de um jeito ou do outro, eles buscam a justiça, a libertação, a alegria, a paz, o profetismo e a solidariedade, de forma inconsciente, às vezes. A EDC é um ambiente que propicia aos adolescentes refletir e encontrar um caminho de fraternidade para juntos construírem um projeto civilizatório de uma sociedade mais justa.

Um dos grandes conflitos dessa população é o sentimento de injustiça. Isso muitas vezes os leva à rebeldia, sem uma perspectiva de politicidade torna-se os desvios, as delinquências, a violência para com o outro e/ou contra si próprio, e a EDC deve ajudá-los a transformar suas indignações em um ato revolucionário.

A luta pela libertação contra tudo que é opressor e causa a morte percorre a caminhada do povo de Deus, do Antigo Testamento aos dias de hoje. E poderemos perceber que a adolescência sempre foi protagonista.

Fica a dica – Vamos ver a história de

- José (Gn 37-50).
- Moisés
- Josué
- Saul
- Davi
- Jeremias (Jr 1,4-8)
- Ezequiel (Ez 37).
- Sulamita (1Rs 1)
- Anunciação do Senhor a Maria (Lucas 1, 26-38)
- Dentre outro...

A questão da justiça foi longamente abordada pelo Vaticano II, tema central da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín (1968) e do Sínodo de 1971 sobre a Justiça no Mundo. Porém não existe uma resposta ou receita pronta que possa resolver toda a complexa realidade de injustiça presente no mundo, em particular na América Latina.

Nesse sentido, o pressuposto pastoral que percorre a palavra de Deus e os documentos da Igreja é a busca constante pela prática da justiça. Não é possível pensar os pressupostos sem remeter-se às lutas e às práticas de resistência descritas na história do povo de Deus. Talvez o melhor jeito de colocar em prática os pressupostos é a metodologia do ver, julgar, agir e celebrar, este método foi consagrado pela ação católica, pela JEC, JOC e JUC. É nesta tradição que se circunscreve a EDC.

É necessário despertar na adolescência uma consciência de leitura, interpretação e de ação sobre o mundo. A Igreja aponta algumas dicas nessa direção: conhecer as realidades sociais, valorizar as práticas de justiça, dedicar-se a trabalhos com os pobres e oprimidos, educar as consciências para a justiça social, promover iniciativas em favor dos desprotegidos, dar testemunho visível da caridade e motivar essa prática (cf. Discurso de Paulo VI no encerramento do Sínodo sobre a Justiça).

As conclusões do Sínodo chamam a atenção para as injustiças sem voz e a crise de solidariedade. Dá como exemplo os migrantes, os exilados, os idosos, os doentes, as perseguições por raça, etnia, política e religião, as práticas de genocídio e a divulgação de falsas informações. “Deve pôr-se em realce também que o direito, sobretudo das crianças e dos jovens, à educação, às condições de vida e aos meios de comunicação moralmente são, em nossos dias se acha, mais uma vez, ameaçado”. Na América Latina, essas questões aparecem no filme *Pé(fé) na caminhada*.

Os princípios pastorais de libertação da EDC emergem do encontro das lutas por justiça como vontade de Deus. É nesse espaço que Deus continua a se comunicar com as mulheres e homens do nosso tempo. São João não se cansa em dizer em suas cartas: quem pratica a justiça vem de Deus e está em Deus, e os movimentos de libertação, como narra a experiência do filme *Pé na caminhada*, demonstra essa ideia: à medida que buscamos a justiça, há um encontro quase natural com Deus. São João Paulo II afirmava, em discurso à juventude em Belo Horizonte, em 1980, que os jovens que praticavam a justiça encontravam força para continuar quando percebe que Jesus também buscou a Justiça e ele é a própria justiça.

A preocupação dos participantes da EDC deve caminhar com o apontado pela Doutrina Social da Igreja, em que o ser humano é chamado à salvação, missão essa dada à Igreja por Cristo. Ou seja, a Igreja se preocupa com a vida humana na sociedade, fundada nas relações de justiça (cf. CDSI, N° 81.) A DSI tem a finalidade de reatualizar a prática do Evangelho na sociedade do século XXI. “Por esta razão, a Igreja não é indiferente a tudo o que na sociedade se decide, se produz e se vive, numa palavra, à qualidade moral, autenticamente humana e humanizadora, da vida social. [...] A convivência social, com efeito, não raro determina a qualidade da vida e, por conseguinte, as condições em que cada homem e cada mulher se compreendem a si próprios e decidem de si mesmos e da própria vocação” (CDSI, N° 62).

A EDC é um jeito de se colocar no mundo, é uma forma de ser a Igreja e se comunicar com os adolescentes. Não se trata apenas de atingir o homem e a sociedade, mas é iluminar a vida humana a partir da Palavra de Deus. É uma forma de a Igreja atualizar a mensagem do Cristo. É construir uma sociedade mais justa, à luz do reino de Deus (cf. CDSI, N° 64).

Todas as ações incentivadas pela Igreja não são realizadas por meio da violência e da destruição da vida. Na linha do direito dos povos, Êxodo, os profetas (Isaías 65,17) defendem uma cidade sem violência, sem fome e injustiça, um “novo céu e uma nova terra”, retomados no Apocalipse (21,1-5). O movimento pela libertação do povo de Deus se revela desde o Êxodo (Êxodo 20,15-17; Deuterônimo 24,14-18) e continua na voz dos profetas, clamando contra as injustiças sociais cometidas contra os pobres, os órfãos e a viúvas (Amós 5,21-24; Isaías 1,11-17; Miqueias 6,6-8; Jeremias 7,4-7; Isaías 55,1; 58,3-11). É nesta história de amor que Deus criador e libertador se revela fazendo justiça à humanidade, intervindo em favor das pessoas pobres e oprimidas, fazendo aliança com elas e tornando-as parte do seu povo.

As práticas da EDC devem buscar criar condições para a compreensão e o exercício do bem comum, defender os direitos humanos, a opção pelos pobres, respondendo proativamente e de modo protagônico às perguntas: “Onde você está?” (Gênesis 3,9), “Onde está seu irmão?” (Gênesis 4,6-12) “Quem é você?” (João 1,19) “Aprendam a fazer o bem” (Isaías 1,17), “O que fazer?” (Lucas 3,10-15). Outro princípio é que cada discípulo deve formar outro discípulo, assim cada adolescente da EDC deve ajudar na formação e orientação de outros adolescentes para praticar o bem e a justiça.

Na EDC todos são chamados à prática da justiça e da caridade, a DSI considera que a “a norma fundamental do Estado deve ser a prossecução da justiça e que a finalidade de uma justa ordem social é garantir a cada um, no respeito ao princípio da subsidiariedade, a própria parte nos bens comuns” (*Deus Caritas est*, 2005, N° 26). A crise atual, explica o Papa Francisco, deve ser enfrentada a partir de um discernimento do Evangelho. Ao nosso ver, isso é a essência da DSI. “Antes de falar de algumas questões fundamentais relativas à ação evangelizadora, convém recordar brevemente o contexto em que temos de viver e agir.”

O Papa destaca que a economia da exclusão e da desigualdade social tem como foco a morte das pessoas ou transforma o ser humano em um resíduo. A crise econômica que atravessamos é fundada na idolatria, na negação do ser humano e na valorização de múltiplos ídolos. É a recusa de Deus e o desejo de servir ao dinheiro. A desigualdade social destrói o tecido social e amplia a violência, aumenta o lucro e fortalece o consumismo. Nesse cenário, surgem nos agentes pastorais as tentações de uma falsa autonomia que exclui Deus. Não deixemos que nos roubem as forças missionárias (cf. *Evangelii Gaudium*, 2013, N° 50-109). Nessa direção, o Papa Francisco enfatiza na encíclica sobre a fraternidade que temos de viver como irmãos de todos e ninguém deve ser deixado de fora.

O seu eixo condutor é a fraternidade e a amizade social é um jeito de conviver e de escutar o outro e a natureza, poderíamos dizer que é [...] um paradigma de atitude receptiva, de quem supera o narcisismo e acolhe o outro, presta-lhe atenção, dá-lhe lugar no próprio círculo” (FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 2020, N°48).

É interessante que os patriarcas, os profetas, Jesus, os discípulos e os santos que tiveram essa capacidade de escutar e de interpretar os sinais eram pessoas de falar pouco, mas de comunicar pelo testemunho. Eles conseguiram colocar essas atitudes como um estilo de vida, modernamente: São Francisco de Assis, Santa Bakitha, Santa Dulce, São Tarcísio, Santa Teresa de Calcutá são exemplos desse estilo de vida. Cada um deles soube aproveitar a oportunidade dada pelo Espírito e exerceram com protagonismo o seu papel:

Não devemos esperar tudo daqueles que nos governam; seria infantil. Gozamos dum espaço de corresponsabilidade capaz de iniciar e gerar novos processos e transformações. Sejam parte ativa na reabilitação e apoio das sociedades feridas. Hoje temos à nossa frente a grande ocasião de expressar o nosso ser irmãos, de ser outros bons samaritanos que tomam sobre si a dor dos fracassos, em vez de fomentar ódios e ressentimentos. Como o viandante ocasional da nossa história, é preciso apenas o desejo gratuito, puro e simples de ser povo, de ser constantes e incansáveis no compromisso de incluir, integrar, levantar quem está caído; embora muitas vezes nos vejamos imersos e condenados a repetir a lógica dos violentos, de quantos nutrem ambições só para si mesmos, espalhando confusão e mentira. Deixemos que outros continuem a pensar na política ou na economia para os seus jogos de poder. Alimentemos o que é bom, e coloquemo-nos ao serviço do bem. (*Fratelli Tutti*, 2020 n° 77)

É no processo de humanização que encontramos Deus, o outro e a natureza; é aí que descobrimos as verdades de Deus, ficamos mais próximos do rosto de Deus. Isso tudo se torna um texto a ser comunicado, uma mensagem a ser levada. É na experiência do encontro com o outro que aparece a autenticidade humana, em que se geram vínculos de comunhão, fraternidade, profetismo, solidariedade, alegria... Estes vínculos são virtudes mais fortes do que as práticas de injustiça.

A fraternidade e a amizade social devem ser o eixo condutor das relações humanas no sentido de que cada sujeito é inacabado e se completa no outro e em Cristo. Cada vez que nos aproximamos do outro na perspectiva de Cristo, ficamos mais próximos do bem e do projeto de Deus. E a EDC tem essa pegada de ser um espaço de formação e de exercício de aproximação do outro e de Deus. Nessa direção, a EDC contribui para que o adolescente desencadeie sua capacidade de discernimento, esta qualidade que é um dom do Espírito Santo e uma virtude humana. O discernimento nos ajuda a dar bons conselhos, a escutar o outro, a ouvir a voz de Deus e a entender o que é bom e o que é ruim em prol da construção da cidade Santa.

1.2 Pressuposto Pedagógico

Maria Stela Santos Graciani e Leandro Alves Lopes

Pensar em processo pedagógico complementar ao da escola e em espaços comunitários é o diferencial da PAMEN, que ao longo de seus 45 anos de existência, tem revelado ser um potencializador de esperanças nas comunidades espalhadas pelo Brasil, através de seus projetos sociopastorais, sociopedagógicos, socioculturais e sociopolíticos, em defesa da vida de crianças e adolescentes.

Uma desses projetos apresenta uma iniciativa profética: é o projeto Escola de Cidadania (EDC); o seu diferencial está em promover os conhecimentos teóricos e práticos sobre a cidadania. Manzini-Covre (1991) chama a atenção para a necessidade de sermos educados para a existência do direito, e Arendt (2004) acrescenta que é necessário aprendermos a reivindicar o direito de ter direitos. Acenando nessa direção, os educadores sociais da PAMEN acreditam que através da EDC é possível constituir um espaço de educação para a cidadania, onde se aprenda a reivindicar e a se mobilizar.

Neste texto, tentamos externar o apreendido nessa riqueza pedagógica que é a EDC, sendo para isso necessário considerar os sujeitos (adolescente e educador), os contextos (sociais, econômicos, culturais, ambientais, afetivos etc.) no qual vivem e convivem, e a proposta libertária que está impregnada de uma dinâmica multifacetada cheia de contradições.

Chama nossa atenção o fragmento do documento da PAMEN sobre a EDC produzido pela turma de Minas Gérias, que aponta para o fundamento da EDC. Vejamos:

A Escola da Cidadania tem como fundamento a pedagogia libertária, quando propõe uma estrutura autogestionária (Tratenberg) e uma pedagogia libertadora (Paulo Freire), quando propõe a transformação da realidade na qual os adolescentes estão inseridos. O conteúdo dessa escola é a realidade na qual o adolescente se insere. (DOCUMENTO REGIONAL LESTE 2¹, , n.d, p. 12 e 13)

Toda essa inspiração autogestionária e libertadora vincula-se no pensamento de norte-americano Myles Falls Horton, educador ativista dos direitos civis, que concebeu a chamada *Citizenship School* (Escola de Cidadania), espaço de aprendizagem que deve ser “[...] experiencial através da vida, do trabalhar e estudar juntos, podendo vir a compreensão de como tomar seu lugar no mundo em mudança de maneira inteligente.” (HORTON, 1990a, p. 54).

Para nós, da PAMEN, a cidadania é a luta pela efetivação da vida de todos e todas, são as estratégias para efetivação da dignidade. Quando a *Citizenship School* surge nos Estados Unidos, nos anos 50, “[...] originou o importante movimento pelos direitos civis naquele país, levando para dentro das escolas americanas a educação para a cidadania e o respeito aos direitos sociais e humanos” (GADOTTI, 2000, p. 5). E, bebendo dessa fonte, a PAMEN une essa experiência à experiência popular teológica, pedagógica, filosófica da América-Latina de uma práxis libertária e decolonial.

¹Parte do texto foi extraído da entrevista de Leandro Alves Lopes com a Marilene Cruz (Maria da Graça), do Plano Nacional de Formação da Pastoral do Menor e de artigos citados na bibliografia.

As contribuições pedagógicas da EDC para a sociedade são suas vivências, práticas e experiências que ajudam na tomada de consciência, e isso se dá quando o adolescente se interroga sobre o agir humano. Segundo Freire (1987), o processo de tomada de consciência é aprendido a partir do exercício de pensar a realidade. Logo, as atividades devem ir ao encontro do desvelar da realidade, o que apôr atrás do visível? Para assim os adolescentes aprenderem a denunciar um mundo opressor e começarem a transformá-lo em uma atitude protagonista.

O protagonismo na EDC é assumido como uma proposta pedagógica. Os adolescentes tornam-se uma comunidade de personagens principais de uma iniciativa de ação voltada para a solução de problemas reais de suas comunidades. Para a PAMEN, o protagonismo só se dá na ação coletiva, e isso resulta no ganho de autonomia, autoimagem e autoconfiança, dimensão psíquica importante na construção de sua identidade e no seu projeto de vida individual e coletivo. “Assim, o protagonismo juvenil, tanto quanto um direito, é um dever dos adolescentes”. (COSTA, 2000, p. 126)

Para Lopes (2019) a EDC tem uma pedagogia contra-hegemônica, pois nas abordagens teóricas que classificam as teorias pedagógicas constata-se a existência de elementos autoexplicativos da pedagogia progressista e sociocultural (Cf. Libaneo, 1982 e Mizukami, 1986), em que o aprender, isto é, a relação com o conhecimento, ocorre em situações concretas inseridas no contexto social, cultural e histórico, com metodologias que visam contribuir para a transformação da realidade.

Somam-se às bases teóricas os documentos da Igreja Católica e da Pastoral do Menor que abordam a dimensão sociopastoral e valorizam a formação humanizadora integral, como tem chamado a atenção Papa Francisco (cf. *Fratelli tutti, Laudato Si, Querida Amazonia, Christus vivit, Gaudete et exsultate e Evangelii Gaudium*), para a emergente necessidade de um pacto global educativo, que propõe sete compromissos por um mundo diferente, na promoção do diálogo entre culturas, da paz e da ecologia integral. Por isso, a PAMEN se une a outras organizações e movimentos para assumir o Pacto Educativo Global no Brasil, que prevê:

1. Colocar a pessoa no centro de cada **processo educativo**.
2. Ouvir a voz das **crianças, adolescentes e jovens** a quem transmitimos valores e conhecimentos.
3. Favorecer a plena participação das **meninas e adolescentes** na instrução.
4. Ver na **família** o primeiro e indispensável sujeito educador.
5. **Educar** e educarmo-nos para o acolhimento, abrindo-nos aos mais vulneráveis e marginalizados.
6. Encontrar **outras formas de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso**, na perspectiva de uma **ecologia integral**.
7. Guardar e cultivar a nossa **casa comum**, protegendo-a da exploração dos seus recursos, adotando estilos de vida mais sóbrios e apostando na utilização exclusiva de energias renováveis.

E ainda, nos unimos às propostas da ONU e UNESCO em favor do desenvolvimento integral e a metodológica dos Quatro Pilares.

Autores como Freire, Horton, Manzini-Covre, Gomes da Costa, Graciani, Lopes e Souza Neto, dentre outros, dão base para uma pujante reflexão acerca de uma educabilidade relacional. Com base nesses teóricos apontaremos alguns aspectos desse pressuposto, que alinharão nossa perspectiva, a partir do qual compreendemos a prática reflexiva e problematizadora, a comunidade, a amorosidade, a visão crítica, criativa e cuidadora, a teoria e a prática, a mediação...

O pressuposto pedagógico objetiva todo processo sociopolítico, sociopedagógico, sociocultural e sociopastoral que imprime no fim o desenvolvimento das capacidades dos adolescentes e educadores para sentir, pensar e agir de forma autônoma no contexto dos grupos sociais em que vive.

Para Gramsci, essa é a essência da práxis, na perspectiva da metodologia dialética. A prática e o conhecimento teórico convertem-se num instrumento da crítica nas mãos de seus protagonistas, e lhes permitirá um agir na história, conforme seus interesses. Logo, os adolescentes da EDC precisam beber desta nova educabilidade e, assim, contribuir para a intervenção ativa que elucida os diferentes grupos. “Não somente faz com que compreendam as contradições, senão que as colocam como elementos da contradição, elevam este elemento a princípio do conhecimento e, portanto, à ação (GRAMSCI, 1973, p. 101).

Trata-se, segundo Graciani (2011), de uma prática reflexiva e problematizadora; educador e adolescente articulador reinterpretam o seu papel histórico, passando a se enxergar como sujeitos transformadores. Com essa visão, busca-se entender as causas dos fenômenos e identificar seus efeitos, para poderem, então, resistir e superar as violências e as explorações que há tempo têm gerado guerras, devastação ambiental, intolerância, entre outros.

Não podemos, porém, ansiar por resultados imediatos. Qualquer projeto sociopedagógico, sociocultural, sociopastoral e sociopolítico que proponha questionamentos e mudanças leva tempo, é preciso uma paciência histórica em um movimento de esperar para ver o nascer do novo dia, a chegada da primavera.

Há que se possuir também uma visão crítica, criativa e cuidadora da prática social, ou seja, uma postura inquieta sobre o cotidiano e a cotidianidade. Nesse sentido, o processo de formação, como aponta Graciani (2006), deve partir do prático-teórico-prático e deve levar seus protagonistas a adquirir a capacidade de pensar por si, analisando os acontecimentos para transformar a realidade em que estão inseridos.

O diferencial metodológico da EDC tem implícito uma complexidade, já que propõe que a prática ilumine a teoria e a teoria desvele a prática; em outras palavras, só aprenderá a sentir, sentindo; a agir, agindo; a perceber, percebendo. Nesse sentido, o educador social é um animador, mediador nesse processo, um apoio do descobrimento permanente dos próprios sujeitos da aprendizagem. Seu maior desafio é tornar-se sujeito entre os sujeitos, na dinâmica do trabalho coletivo.

A proposta pedagógica da EDC se refere portanto, a uma educação *omnilateral*² e *omnidimensional*³, que abarca e abrange todos os campos essenciais da realidade humana e natural. Introduzir, junto aos adolescentes, o conceito integral de conhecimento, de aprender e apreender, numa sociedade fragmentada, além de ser uma ousadia pedagógica, significa a tentativa de subverter o monopólio das minorias.

²Como Marcos Arruda, vamos entender por omnilateral campos da realidade que a humanidade conseguiu tornar acessível do seu conhecimento.

³Entendemos omnidimensional a busca de envolver todos os modos e faculdades de conhecimento, os sentidos do corpo, a mente, e emoção, a intuição, a vontade, o sentido de unidade, e o espírito como ser humano integral.

A práxis educativa presente na EDC, como define Graciani (2006), propõe-se a desvendar e a desvelar com o adolescente e educador os mecanismos e a lógica desse processo alienador e divisor. Essa prática propicia a expansão da consciência.

Na EDC, na aprendizagem o grupo parte do concreto, parte de uma comunidade social que vê, entende ou expressa a sua realidade. A aprendizagem é fruto de suas vivências, convivência e inter-relação com todos os que participam e fazem parte do todo daquele local ou território.

A situação de risco pessoal e social dos adolescentes faz com que eles criem estratégias de resistência e de sobrevivência, por meio de linguagem e estilos de vida diversificados; criam outras modalidades de trabalho, de relações e de vínculos. Nesse sentido, o educador social deve privilegiar sempre a experiência amorosa, a construção de vínculos éticos, pois esta se constitui em uma das forças mais poderosas em qualquer relação social, e será fundamental no processo educativo.

Somente após a construção do vínculo é que podemos pensar num resgate da identidade e da cidadania. Uma pedagogia adequada não passa somente pela inserção de temáticas objetivas, mas deve permear primeiro o encontro consigo mesmo, com sua biografia, com suas crenças, sua identidade, para então adentrarmos na dimensão comunitária e na construção de uma sociabilidade que permita aos adolescentes lidarem com as contradições do sistema, tornando-os sujeitos transformadores do *status quo*.

A EDC é espaço de conquista e de afeto, que permitirá a permanência dos adolescentes pelo “desejo” de pertencerem; por isso, as propostas pedagógicas devem levar em consideração a necessidade que os adolescentes têm em falar e serem ouvidos, de poderem expressar seus anseios, alegrias e angústias.

Para tanto, é necessário criar um clima de confiança, dignidade e respeito, construído a partir do acordo de convivência, pois viver em grupo, em comunidade, em sociedade, exige saber conviver consigo mesmo e com os outros; essa é outra centralidade pedagógica da EDC.

Significa relacionar-se com a igualdade e com a diferença. Convivência humana pressupõe receber o outro com hospitalidade, reconhecê-lo como semelhante, aceitá-lo com suas diferenças e respeitá-lo em seu movimento, não admitindo, em qualquer hipótese, situações segregadoras, excludentes e discriminatórias. (GRACIANI, 2011, p. 98)

Continuamos a afirmar que a coletividade expressa na proposta pedagógica da EDC tenta garantir principalmente o respeito à identidade cultural dos adolescentes, a partir da apropriação e da produção de conhecimentos significativos para eles. E, por meio da dimensão lúdica, estabelecem-se a curiosidade e a criatividade no aprender e no ensinar.

Uma dimensão importante na proposta deste pressuposto é evidenciar que cada um dos grupos de EDC, espalhados pelos diferentes territórios do Brasil, tem uma singularidade, isto é, seus costumes, códigos linguísticos, acordo etc. Mas tentamos garantir uma proposta ativa de “itinerário formativo”, entendido numa perspectiva ampla, progressista e, principalmente, emancipatória, cujas etapas são: Vinculação dos participantes do grupo; Pastoral do Menor e a Doutrina Social da Igreja; Eu, o outro e a nossa comunidade; Protagonismo; Direito e Cidadania; Temas geradores – Estudo e projetos.

Nesse sentido, os grupos de cada EDC são autônomos quanto ao alinhamento e ao contorno do que pretendem construir, elaborar e criar, dentro dos pressupostos teóricos e práticos indispensáveis que dão unidade à proposta educativa da EDC. Partimos do pressuposto de que a construção coletiva de conhecimento, em que todos dialogam sobre áreas de conhecimento diversificadas, parte do centro de interesse do adolescente, o que favorece momentos de problematização e de sistematização interdisciplinar e transdisciplinar.

A construção coletiva implementa e complementa a proposta do itinerário formativo, à medida que se origina das necessidades específicas percebidas em cada grupo, em cada território. Assim, o processo formativo deve pôr em prática o princípio ação-reflexão-ação, o que significa afirmar que os adolescentes partem da discussão de suas vidas, explicitam seus desejos, aprofundam e avançam em projetos comunitários, societários, numa perspectiva de educação transformadora, como explicita Freire:

[...] a partir da prática concreta, perguntando e problematizando a prática, supondo a identificação de fatos e situações significativas da realidade imediata [...] teorizar sobre a prática, ir além das aparências imediatas, desvelar, refletir, discutir, estudar criticamente, buscando conhecer melhor o tema problematizado. Explicar é descobrir as causas e as leis das relações entre os fatos. A teoria sintetiza, relaciona os fatos num todo único [...] voltar à prática para transformá-la, com referências teóricas mais elaboradas e agir de modo mais competente. Novas perguntas requerem novos processos de teorização, abrindo-nos ao movimento espiralado da contínua busca do conhecimento. (FREIRE, 1990, p. 5)

Portanto, passa também pela capacidade de observar as relações significativas, afetivas, culturais e ideológicas dos adolescentes. Durante o desenvolvimento das atividades, o adolescente articulador deve registrar as ocorrências significativas e continuamente avaliar os avanços do grupo de base.

O papel do educador é de extrema importância para a obtenção dos resultados. Como já mencionado, ele tem um papel de facilitador no grupo gestor, ele capta o centro de interesse e ajuda na pesquisa dos melhores caminhos a serem percorridos, porém, sem impor. O educador deve ser um bom elaborador de perguntas, para ajudar o adolescente articulador a refletir e tomar consciência do que e por que está fazendo aquilo, aonde ele quer chegar e se sua prática está sendo libertária ou opressora.

O educador acolhe e se deixa afetar pelo drama do outro, que por vezes é também o seu, problematizando e ajudando na reflexão e no amadurecer do projeto de vida. Portanto, o compromisso do educador social da PAMEN é com a vida; logo, é político, porque aponta para as injustiças, visa a construção de um novo projeto de sociedade, baseado no bem-viver e conviver, isto é, na justiça social. Dessa forma,

A práxis do educador social expressa uma concepção de mundo, um tipo de engajamento. [...] Essas considerações nos levam a tomar como base algumas reflexões sobre o conhecimento científico e o sentido da práxis do educador, para trazer à tona alguns retratos da realidade. (SOUZA NETO, 2010, p. 41)

Pode-se constatar que o pressuposto pedagógico da Escola de Cidadania, como aponta Lopes (2019), parte do centro de interesse dos adolescentes. A relação educador e adolescente deve ser de horizontalidade e mediação. Considera-se o saber como produção coletiva e democrática que visa educar para a liberdade, cidadania e para a autonomia. Preza e respeita o individualismo, mas se sustenta no coletivo e pelo coletivo. Tem como compromisso os processos metodológicos.

Desse modo, esperamos que nossa reflexão possa servir a todos aqueles que estão empenhados na busca de uma educação baseada na vida, que, de um lado, vise ser parte integrante da luta pela construção e edificação de uma democracia, dos direitos humanos e que, de outro, já esteja impregnado da construção de uma nova humanidade.

1.2.1 Pacto Educativo Global – novas economias e nova educação, construindo uma felicidade coletiva.

Eduardo Brasileiro

A mudança radical do sistema de morte que governa o mundo pode estar em nós por meio de nossos sonhos e nossos gestos, em nossas comunidades. É possível que estejamos falando de uma cura coletiva diante de uma doença que nos abateu. É certo que se trata de um mergulho sobre o potencial ecológico anticapitalista do ser humano não visto em tempos da economia da destruição.

O século passado foi um ensaio da beleza e do horror. Nele, a economia de latifúndio escravagista tomou corpo na industrialização e no desenvolvimentismo, a sede de progresso tecnológico foi entremeada por guerras, massacres e conflitos de ontem e de hoje. Foram escritas novas formas de colonialismo e de aprofundamento do capitalismo, ambos, portanto, como corpo e forma da economia do presente. No mesmo século também foi possível alcançar a arte na profundidade da alma humana, com as novas formas de organização e de luta, de conquistas e da marca da resistência como perenidade do ser humano em sua busca pela liberdade. Tempo das lutas pela erradicação da fome, da educação como prática de liberdade, da política como bem comum, tempo das redes de resistência de comunicação livre.

É tempo de mudar. As Escolas de Cidadania encontram esse segredo no coração e na mente dos que a ela pertencem. Basta agora abrir o segredo com as chaves que o Papa Francisco dá: Novas economias e nova educação por meio da Cultura do Encontro.

O desafio para este tempo do mundo reside numa nova subjetividade (pensamento e sentimento), em que espiritualidade ecumênica somada a formas de expressões coletivas questionem o império construído por esse sistema e exijam de todos uma nova forma de estar no mundo. O Papa Francisco, atento a isso, olhando para os empobrecidos e conectado aos movimentos populares propõe uma nova ação da Igreja engajada: a *Laudato Si'* - *Sobre o Cuidado da Casa Comum* e a *Frateli Tutti* – *Sobre a Fraternidade e a Amizade Social*, cartas que anunciam esse limiar. A reconstrução da ecologia integral e a fraternidade universal apontam a retomada do ser ecológico do humano e da economia como mote de solidariedade e nova cultura de relações, não mais líquidas e descartáveis, mas territoriais e fraternas.

A Economia de Francisco e Clara é uma ferramenta desse instrumento revolucionário: A possibilidade de construir nova rota para a produção e o consumo. No Brasil, o chamado do Papa Francisco para a Economia de Francisco foi feito uma inclusão contestatária: Clara. No nome da jovem que, com ousadia e coragem, rompeu os vínculos familiares e financeiros para seguir o Francisco de Assis, são lembrados todos os grupos colocados à margem da sociedade que se constrói para gerar exclusão. Nesse chão, a Economia é também de Clara porque carrega a garra de Marielle, a coragem de irmã Dorothy, a bravura de Margarida Alves. Só assim faz sentido.

É buscando a consciência planetária que o mundo precisa de um novo rumo, e que por meio da consciência cotidiana vamos construindo. O chamado a cultura do encontro está na capacidade de cada um e cada uma de ver os desafios que nossas vilas, quebradas e bairros possuem. É pelo encontro que vemos que as visões políticas do povo são confusas e que as práticas coletivas podem educar novas percepções.

Por isso, desenvolver ferramentas coletivas. Já pensou quem determina o orçamento do seu bairro? E, se tivéssemos um controle do que foi gasto e criássemos um documento para onde ele deveria ser destinado. Se espalha pelo Brasil o Orçamento participativo como ferramenta de denúncia e de anúncio de comunidades e cidades. E, se em meio ao bairro reuníssemos os desempregados, os que tem emprego e os comerciantes e fizéssemos uma moeda social? Foi assim que surgiu os Bancos de Desenvolvimento Comunitário para superar desigualdades e criar cada vez mais uma cultura de superação das finanças do endividamento promovida por bancos?

Novas economias em nossos bairros criam uma nova economia diante do mundo e é esse um caminho para construção de novas arquiteturas forjadas pela solidariedade e pela ecologia integral. Este chamado toma corpo com a concretização de uma educação integral, onde *pensar, sentir e agir* é matriz na construção do conhecimento e não uma educação só voltada para a competição na sociedade por meio dos vestibulares e falta de emprego. É necessária uma educação para a liberdade que se dá na construção de uma felicidade coletiva.

O Pacto Educativo Global proposto pelo Papa Francisco mira ser esse limiar: a busca de uma comunidade, quebrada e bairro que educam. Educação precisa estar voltada para pensar nossas comunidades, superarmos as leis de competição, acumulação e consumo. Uma educação para a gestão democrática, construção de projetos de impacto na comunidade que se dá por meio da colaboração.

Os países de todo mundo medem até hoje o avanço e o progresso por meio do PIB – Produto Interno Bruto, uma forma de calcular o quanto de riqueza foi produzida, mas não mostram o tamanho de riqueza concentrada e não partilhada. Tão bom seria que por aqui contabilizássemos a riqueza do nosso país pela felicidade que deverá ser calculada pela riqueza partilhada, pelo acesso e bens culturais, pelo direito a sonhar e construir nossas vidas. Dessa forma, portanto, nossa missão toma contornos de grandezas, afinal se dá por construir uma sociedade melhor, ao desenvolver novas economias e novas práticas educativas que se costumam por meio de sonhos e lutas que felizmente são partilhadas.

A concepção educacional sugerida pelo Papa apoia-se, assim, em vários aspectos:

No valor do diálogo, que fundamenta o pluralismo cultural e religioso;

1. Na preparação qualificada de formadores, tendo em mente que não podem improvisar e que educar é um ato de amor exigente, “muito competente, qualificado e, ao mesmo tempo, rico de humanidade, capaz de permanecer no meio dos jovens com um estilo pedagógico, para promover o seu crescimento humano e espiritual. (...) Não se pode educar sem coerência e testemunho” (FRANCISCO, 2014 apud SAYAGO, 2019, p. 47);

2. Na integração ao mundo, evitando-se o isolamento. É preciso que se saiba “entrar intrepidamente no areópago das culturas contemporâneas e estabelecer um diálogo, conscientes do dom que podem oferecer a todos” (FRANCISCO, 2014 apud SAYAGO, 2019, p. 48);
3. Na transmissão de conteúdo, hábitos e sentidos dos valores, os três elementos juntos (FRANCISCO, 2014);
4. Na fala das três línguas: a língua da mente, a língua do coração e a língua das mãos;
5. Na educação do cuidado com a Casa Comum, para a educação e espiritualidade ecológicas (FRANCISCO, 2015).

Esta é a estrutura do pensamento e do projeto educacional de Papa Francisco que se plasmou no Pacto Educativo Global. Projeto que se revela mais intensamente em uma reflexão que fez em 7 de julho de 2015, em Quito, na Pontifícia Universidade Católica do Equador: Eu moro em Roma. No inverno, faz frio. Pode acontecer que, bem pertinho do Vaticano, apareça um idoso, pela manhã, que morreu por causa do frio. Não é notícia em nenhum dos jornais, em nenhum relato. Um pobre morre por causa do frio e da fome e isso não é notícia, mas se as bolsas das principais capitais do mundo caem dois ou três pontos arma-se um grande escândalo mundial. Eu me pergunto: onde está o teu irmão? E peço-vos que vos façais outra vez, cada um, essa pergunta, e que o façais à universidade: a ti, Universidade Católica, onde está o teu irmão? (FRANCISCO, 2015 apud SAYAGO, 2019, p. 76).

A articulação do Pacto Educativo Global no Brasil elegeu os eixos:

1. Paz e cidadania;
2. Ecologia integral;
3. Solidariedade e desenvolvimento;
4. Dignidade e direitos humanos;
5. Defesa da educação pública com qualidade social;
6. Cultura e Transformação Social.

A PAMEN como diversas outras organizações, pastorais e movimentos sociais no Brasil assinam a criação do Pacto. De modo especial a PAMEN tem na proposta da EDC o desejo de fomentar espaços alternativos para o desenvolvimento de novas práticas educativas imbuídas desse chamado do Papa Francisco.

1.3 Pressuposto Político

Leandro Alves Lopes

Nesse momento conturbado e cheio de desafios é crucial que os sujeitos possam assumir seu lugar político, isto é, uma cidadania reflexiva e ativa nos diversos espaços sociais. Em *Evangelii Gaudium* o Papa Francisco aponta: “Não podemos ignorar que nas cidades, facilmente se desenvolve o tráfico de drogas e de pessoas, o abuso e a exploração de menores [...]. Ao mesmo tempo, o que poderia ser um precioso espaço de encontro e solidariedade, transforma-se muitas vezes num lugar de retraimento e desconfiança mútua. As casas e os bairros constroem-se mais para isolar e proteger do que para unir e integrar” (EG, 2013, nº 75).

A PAMEN tem, ao longo de seus 45 anos, amadurecido uma visão sociopolítica, “tendo como horizonte a luta contra posturas conservadoras, excludentes, de corrupção, de não cumprimento do princípio da Prioridade Absoluta previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988”. Logo, a PAMEN “luta contra qualquer postura política que banalize a vida, que fortaleça a cultura da violência e discórdia, que não permita o diálogo entre os gestores, legisladores e o povo”.

É notória a história de incidência dos educadores sociais da PAMEN nos conselhos, fóruns, comitês, associações não governamentais e espaços governamentais, para a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes. Mas não é o suficiente fazer para o outro, é necessário fazer *com* o outro, necessitando o pressuposto político se entrelaça com o sociopedagógico e sociopastoral, rumo à conscientização de crianças e adolescentes quanto à existência da cultura do direito e seus mecanismos.

A palavra “política” vem do grego “pólis”, que significa cidade; está ligada à ideia de governar, administrar a cidade. Assim nos interpelamos: a que modelo de cidade e de governos estamos nos referindo? Na Bíblia, vemos diversos exemplos de governantes (políticos) corruptos, tiranos, que escravizam o povo e os distanciam da promessa de Deus. Do ponto de vista ético, entendemos por política o conjunto das ações pelas quais mulheres, homens, crianças e adolescentes tentam organizar a convivência entre indivíduos, grupos e nações, na perspectiva da realização do bem comum. Acrescenta-se:

O bem comum é o conjunto de condições concretas, que permitem a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Assim, a característica essencial do bem comum é, precisamente, que ele seja comum a todos, sem discriminações culturais, religiosas, raciais, econômicas, políticas ou partidárias. Do ponto de vista dos meios ou da organização, a política é o exercício do poder e a luta para conquistá-lo. Assim, o poder político deverá estar a serviço da ética. E aqui reafirmamos que todos os agentes da Pastoral do Menor têm uma atuação política que busca cada vez mais superar práticas assistencialistas, ou seja, aquelas que amenizam circunstancialmente a pobreza e a miséria, mas não contribuem para as mudanças estruturais dessas condições. (PAMEN, 2019, p. 31)

Como cristãos, somos convocados a dar continuidade à missão de Jesus, que é um caminhar das e nas comunidades periféricas rumo a Jerusalém. Jerusalém simboliza o centro do poder religioso, político e econômico. “Jesus se dirige até lá para colocar em discussão os mecanismos do poder: se existe a Galileia, é porque existe Jerusalém. Se há pobres, é porque existem exploradores que massacram o povo.” (PAMEN, 2018, p. 23)

MAS ATENÇÃO!! Os lugares da missão são inter-relacionados • Quem vai somente para a “Galileia” e não coloca em discussão os mecanismos geradores de poder, “Jerusalém”, limita-se a fazer um trabalho assistencialista. • Quem vai à “Galileia” e a “Jerusalém” e não para na “Samaria” para beber da água da vida, corre o risco de enquadrar as pessoas ao seu ritmo e tornar-se pastor de si mesmo. • Quem esquece de ir para o “deserto”, deixa-se arrastar pelo entusiasmo, mas cai diante das dificuldades e vive um vazio de espiritualidade. • Quem permanece no “deserto” e não se transfere para os lugares de missão, cai no risco de uma espiritualidade evasiva e desencarnada. (PAMEN, 2018, p. 23)

Ao pensar em política retomamos a ideia de espaços de organização social em prol da organização da vida, como, por exemplo, a família, a igreja, associações, a escola, os conselhos, os partidos, as empresas, o Estado etc.

Para a Igreja, a comunidade política deve ter por objetivo o bem comum, isto é, o bem integral de todos os cidadãos e cidadãs: moradia, saúde e educação, lazer e liberdade religiosa. O bem comum é a única razão da existência da sociedade política e de sua estrutura jurídica. (PAMEN, 2018, p. 37-38)

A política é a arte do serviço ao bem comum; é o exercício para se garantir a justiça e a liberdade. Para Jesus, as ações de justiça ou as ações políticas estavam interligadas à prática de superar as mazelas humanas: “Eu estava com fome, e me destes de comer; eu estava com sede, e me destes de beber; eu era forasteiro, e me recebestes em casa; estava nu, e me vestistes; doente, e cuidastes de mim; na prisão, e fostes visitar-me” (Mt 25,35-36). Logo, quando falamos em justiça, temos por base uma práxis no direito.

Jesus propõe um projeto e nos pede engajamento na construção de uma sociedade justa que garanta esses direitos humanos fundamentais a todas as pessoas. A justiça é a virtude que regula as relações e mitiga os abusos.

A justiça busca a igualdade para todos. Portanto, toda situação que fere os direitos e a dignidade fundamental da pessoa é injustiça, vai contra o projeto e a Vontade de Deus. A Sagrada Escritura, ao se referir à construção do Reino de Deus, afirma que o mesmo só se realiza buscando a justiça: “Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça”. Assim, buscar a justiça é estar em busca de Deus (cf. Is 51,1). Nessa ótica, ser justo é colocar-se a caminho, é estar no lugar onde Deus nos quer. Ao longo de toda a história da Bíblia, a justiça tem designado frequentemente o exercício dessa virtude aos juízes e tribunais (Dt 16,18). De modo particular, o rei tem a missão de exercer a justiça no meio do povo (Pr

16,13). Os profetas clamam contra as injustiças cometidas por reis e juízes que oprimem os pobres, lembrando que essas injustiças constituem ofensa à própria santidade de Deus (Am 5,7-15). (PAMEN, 2019, p. 50)

A liberdade é a consequência da justiça ética, que em Isaías é o ano da graça do Senhor (Is 61, 3). Assim, esse pressuposto está imbuído de ações de misericórdia, de solidariedade e de fraternidade, devendo “anunciar a Boa Notícia aos pobres”, e com isso trazer a alegria e a esperança de uma sociedade do bem-viver e conviver na casa comum.

Na 2ª Assembleia Nacional da PAMEN, em 1996, cujo tema foi “Projeto **Sociopolítico** da Pastoral do Menor” e o lema: “Em nossa **Mística, Justiça e Paz se abraçaram**”, agentes de todo Brasil dedicaram-se a refletir sobre sua identidade, chegando-se à conclusão de que nossa espiritualidade perpassa por uma mística fincada na prática da justiça, não uma justiça esvaziada, corrompida ou enviesada, mas uma justiça que abraça a paz.

Nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da CNBB de 2015-2019, no número 68 é possível ler:

[...] a Igreja reconhece a importância da atuação no mundo da política e incentiva os leigos e leigas, **especialmente os jovens**, à participação ativa e efetiva nos diversos setores voltados para a construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário. **Daí, a urgência na formação e apoio aos cristãos leigos e leigas** para que atuem nos movimentos sociais, conselhos de políticas públicas, associações de moradores, sindicatos, partidos políticos e outras entidades, sempre iluminados pelo Ensino Social da Igreja. Tão desacreditada em nossos dias, **a política, no entanto, “é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum”**.

A Pastoral do Menor alicerça-se na Doutrina Social da Igreja e com base nessa citação fomenta projetos para formar e apoiar os jovens cristãos leigos na atuação política, como é o caso da EDC, buscando “[...] uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco, promovendo a participação dos mesmos como protagonistas” (PAMEN, 2019, p. 4).

Duas dimensões da ação da Pastoral do Menor expressas no documento “Princípios, Diretrizes e Organização” traduzem o agir da EDC sob a ótica desse pressuposto; são elas: a “comunitária sociotransformadora” e a “profética”, de modo a incidir sobre a Área de Ação 4 (Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes).

Esse pressuposto visa conceber a cidadania ativa, a exemplo dos conselhos revolucionários, apontados pela pensadora Hannah Arendt, que dizia que a cidadania exige pertencimento a um grupo, a uma comunidade. Para isso, devemos nos valer de processos educativos que rompam com o individualismo, com os modelos opressores e acene para experiências libertárias. A autora acrescenta que só através dessas práticas educativas é que romperemos com o estado de “sonambulismo”, característico de regimes totalitários (cf. Arendt, 2004b).

A importância do elemento coletivo na cidadania é abordada também a partir do elemento socrático da “amizade”, onde o valor político da amizade, estava no diálogo mantido com seus pares. Nesse sentido, Arendt destaca a presença do elemento político na amizade que é o diálogo autêntico, que garante a presença da verdade em cada doxa (cf. Arendt, 2009).

Em meio à sociedade líquida, em crise, onde o novo teima em nascer, as pessoas têm buscado um individualismo narcísico. Tanto Giddens (2002) quanto Bauman (1999) apontam para um fenômeno da globalização e destradicionalização, influenciando no fluxo socioeconômico, no Estado, nas famílias, nos vínculos hierárquicos, no corpo e na sexualidade. Isso em um espaço e tempo nunca vistos, em que as tecnologias têm impactado as subjetividades das pessoas, deslocando os espaços de disputa de poder dos sindicatos e partidos, por exemplo, para as plataformas de comunicação digital, e deslocando as grandes lutas de classe para lutas identitárias.

Soma-se a esse cenário a descrença na política representativa; as lideranças já não têm mais credibilidade devido ao desgaste ocasionado pelos escândalos de corrupção, criminalização das lideranças populares e esvaziamento do trabalho de base. Sobre isso, Arendt acrescenta:

O próprio governo representativo está em crise hoje; em parte porque perdeu, com o decorrer do tempo, todas as praxes que permitiam a real participação dos cidadãos, e em parte porque atualmente sofre gravemente da mesma doença que o sistema de partidos: burocratização e tendência do bipartidarismo, em não representar ninguém exceto as máquinas de partidos. (ARENDR, 2004a, p. 79)

Para Lopes, Schwartz e Souza Neto (2021), um conjunto da sociedade tem certa dificuldade para dialogar com as instituições democráticas, devido justamente à desconstrução das experiências democráticas no país, já que, na nossa história, constantes revoltas, golpes e mudanças de regime assolaram nossa sociedade nesses 500 anos. Para muitos, a ideia do exercício da cidadania se restringe ao ato de votar, e isto, de certa forma, fortalece a compreensão de Brecht em seu poema “Analfabeto Político”.

Dessa forma, a EDC vem contribuir para a “alfabetização política”, para a democracia e para a cidadania. Educando para a conscientização, para o embate contra as formas de exploração e para subverter a ordem opressora.

1.4 Pressuposto Ecológico e Integral

Márcia Maria de Souza Miranda e Francisco Andrade de Lima

Sonho com uma Amazônia que guarda zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e suas florestas. (cf. Querida Amazônia, 2020)

Repensar um novo agir humano é repensar em seus processos formativos e suas práticas pedagógicas, políticas e pastorais. Contudo, o Papa Francisco nos provoca a repensar nosso agir e ser, como parte e não o todo de uma ecologia. Somos seres dependentes da criação divina e por isso devemos na EDC ajudar as novas gerações e a geração atual a comungar da Ecologia Integral, mas o que seria isso?

A MAIS PERFEITA CRIAÇÃO!

À luz da nossa fé, nós, cristãos e cristãs, vivemos em mundo que é obra da criação de Deus. Já no Livro de Gênesis, primeiro livro da Bíblia, é-nos apresentada a Criação de Deus. Deus, na sua infinita sabedoria, foi criando e contemplando tudo, criou todos os elementos da natureza, desde os invisíveis, como o ar, até os visíveis, como os animais e as plantas; e só na conclusão da mais perfeita obra, é que cria o homem e a mulher, e lhes dá um mandato: *“cultivar e guardar a criação”* (Gn 2,15). Deus cria tudo em perfeita harmonia, cada obra dessa criação tem sua função e tudo vai se completando.

Nas culturas nativas, entre os povos indígenas, a história da criação se dá sempre a partir de algum elemento da natureza; muitos povos relatam sua existência a partir de árvores, peixes, sol e outros elementos da natureza. Esses povos têm relação profunda com toda a natureza; tudo ganha sentido, os seus ritos celebrativos estão em profunda sintonia com a criação.

A integração do ser humano com a natureza se dá de forma íntima, uma relação profunda; por isso, faz-se necessário repensar essa relação; recuperar essa relação é essencial para a continuidade da vida.

CAMINHOS PERCORRIDOS!

A Criação de Deus é a nossa Casa comum. Toda a obra criada por Deus é chamada a viver e conviver em harmonia. Ocorre que à última obra da criação, a humanidade, Deus cria e dá a missão do cultivo e do cuidado, e também lhes é dada a inteligência e a liberdade para agir. Ao longo da história vamos percebendo que a humanidade foi mudando o pensamento, a forma de se organizar, de agir, de viver. O que antes era colocado em comum, agora passa a ser patrimônio privado; o que antes poderia ser utilizado por uma comunidade, agora é um bem individual.

A Igreja, desde as primeiras comunidades, procurava valorizar a ideia da partilha, do coletivo: *“viviam unidos e possuíam tudo em comum; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro”* (At 2,44-45). Muitos povos pelo mundo procuraram viver essa experiência coletiva. Aqui, no Brasil, ainda conseguimos enxergar essa experiência nos povos indígenas e quilombolas, que em sua maioria ainda conseguem viver com a ideia do bem coletivo.

A Igreja do Brasil, através da Campanha da Fraternidade, procura trazer à reflexão essa temática: 1979 – Preserve o que é de todos; 1984 – Para que todos tenham Vida; 1986 – Terra de Deus, Terra de Irmãos; 1990 – Mulher e homem imagem de Deus; 2002 – Por uma terra sem males; 2004 – Água fonte de vida; 2007 – Vida e Missão neste Chão; 2010 – Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro; 2011 – A Criação Geme em dores de Parto; 2016 - Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca; 2017 - Cultivar e guardar a criação. Estas campanhas foram oportunidades de retomar a nossa missão como cuidadoras e cuidadores da vida.

No documento final do Sínodo para a Amazônia, o Papa Francisco, endossado por todos os participantes, afirma:

Deus nos deu a terra como um dom e como tarefa, para cuidá-la e responder por ela; nós não somos seus donos. A ecologia integral tem seu fundamento no fato de que “tudo está estreitamente interligado” (LS 16). Por isso, a ecologia e a justiça social estão intimamente relacionadas (cf. LS 137). Com a ecologia integral surge um novo paradigma de justiça, uma vez que “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49). A ecologia integral, assim, conecta o exercício do cuidado da natureza com o da justiça pelos mais empobrecidos e desfavorecidos da terra, que são a opção preferida de Deus na história revelada”. (Sínodo da Amazônia, N° 66)

Nesse trecho do Documento Final do Sínodo para a Amazônia, recuperam-se muitas passagens do Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco. Já em sua Eleição, quando escolhe o nome Francisco, o atual Papa indica o caminho que seguirá em seu Pontificado.

São Francisco de Assis já tinha essa visão de que a criação de Deus deve ser respeitada, cuidada. *A Laudato Si'*, o Sínodo para a Amazônia e a Economia de Francisco e Clara, são gritos, que ecoam do seio da Igreja para o mundo, de que precisamos mudar as atitudes, de que precisamos reaprender a essência da missão do ser humano, que é cuidar e guardar a criação.

AS GRANDES AMEAÇAS À CASA COMUM

A casa comum é constantemente ameaçada pelos que deveriam ser seus guardiões. A história mostra o quanto a humanidade foi passando de guardiã a exploradora. Povos dominaram e dominam povos, povos exploraram e exploram povos. Grandes impérios foram construídos dessa forma.

O Sínodo para a Amazônia chama nossa atenção para a urgência no enfrentamento à exploração ilimitada das riquezas naturais e dos povos, à depredação do ambiente a partir de uma lógica gananciosa do grande capital, que derrama sangue inocente, que coloca em risco a vida de lideranças comunitárias que se colocam em defesa desta criação, procurando ainda viver a missão dada por Deus, de serem os cuidadores.

A história recente do Brasil nos mostra os desastres que temos vivendo em função dessa egoística forma de pensamento e de viver. As famigeradas quedas de barragens (Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais); os garimpos em terras indígenas, o derramamento de óleo nas águas de mares e rios; a privatização das águas, grandes projetos de construção de hidrelétricas... são muitos os desastres ocorridos, que afetam a natureza toda, inclusive as populações que vivem no entorno onde ocorreram, tudo em nome de um “progresso” que, na verdade, leva à morte pessoas, animais, plantas... afeta toda a terra.

Tampouco podemos esquecer que vivemos o tempo do “descartável”, e isso vai gerando muita poluição. Muitas paisagens vão se transformando em lixões.

A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo. Em muitos lugares do planeta, os idosos recordam com saudade as paisagens de outrora, que agora veem submersas de lixo. Tanto os resíduos industriais como os produtos químicos utilizados nas cidades e nos campos podem produzir um efeito de bioacumulação nos organismos dos moradores nas áreas limítrofes, que se verifica mesmo quando é baixo o nível de presença dum elemento tóxico num lugar. Muitas vezes só se adoptam medidas quando já se produziram efeitos irreversíveis na saúde das pessoas” (Laudato Si’, N° 21).

As mudanças climáticas, o aumento das temperaturas, as grandes enchentes, o aparecimento de muitas doenças, algumas que já estavam extintas (caso do sarampo), outras novas (como é o caso da pandemia do Coronavírus), são consequência desse desequilíbrio que se observa por toda parte.

Vivemos uma crescente desigualdade planetária. Podemos identificar com muita clareza esta situação, neste tempo da pandemia, em que países correm atrás das vacinas: os mais ricos já garantiram quantidades muito além de suas populações, enquanto os países pobres não têm sequer para os mais vulneráveis. O Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si’*, ressalta que “o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social” (LS, N° 48).

O Documento Final do Sínodo para a Amazônia, afirma que “É urgente enfrentar a exploração ilimitada da ‘casa comum’ e dos seus habitantes” (N° 67). O Sínodo conclama toda a Igreja a ser uma voz profética frente a essas grandes ameaças à vida, à criação de Deus.

NOVOS CAMINHOS PARA UMA ECOLOGIA INTEGRAL

O Pontificado do Papa Francisco nos convida a buscar novos caminhos, mas para chegarmos a esses novos caminhos somos convidados a “**desaprender**” os caminhos errados que aprendemos, temos de retornar, refazer os caminhos, temos de “**reaprender**” as boas práticas que deixamos para trás, precisamos olhar para as populações nativas (indígenas, ribeirinhos, quilombolas...) e reaprender com elas. E “**aprender**” novos caminhos, boas práticas que podem nos ajudar a retomar nossa missão de guardiães e guardiões da criação.

Incluir na evangelização a dimensão ecológica. Se Deus nos deu a missão de cuidar da criação, precisamos ser protagonistas do cuidado da vida dos povos, dos seus direitos, dos direitos da natureza. Precisamos fortalecer essa dimensão da evangelização.

Ser Igreja dos pobres e com os pobres. O magistério da Igreja, sobretudo da Igreja Latino-americana, nos indica que devemos ser uma Igreja que faz opção pelos pobres; precisamos reafirmar esse compromisso.

Ser voz profética. Precisamos ter consciência das ameaças à vida, clareza do que está por detrás dessas ameaças; é preciso “gritar”, denunciar as injustiças e os crimes que geram situações de morte, fazer ecoar os gemidos de dores do povo; mas também é necessário anunciar os sinais de esperança, visibilizar as boas práticas, torná-las conhecidas e multiplicá-las.

Indignar-se e pedir perdão. Numa sociedade em que tudo vai se naturalizando, precisamos manter a indignação diante das situações que ameaçam, que causam sofrimento. No tempo atual, de pandemia, em que já morreram centenas de milhares de pessoas, não podemos aceitar tais mortes como coisa normal; precisamos nos indignar, mas também pedir perdão. Pedir perdão pela nossa omissão do passado e do presente.

Novos processos, novos hábitos, novas formas de relação. Para construirmos uma ecologia integral, somos convidados a adotar hábitos responsáveis no cuidado com a vida. O Papa Francisco nos recorda que não existe uma crise social e outra ambiental, existe uma só crise: a socioambiental. A sociedade precisa ser convertida.

Recuperar o sentido comunitário. Este ainda está presente em muitas comunidades tradicionais, que podem nos ensinar o valor do coletivo, da partilha, da vida simples.

Valorizar a presença e a participação das mulheres. Elas têm grandes contribuições a dar no cuidado da casa comum.

Dialogar e acolher. Precisamos dialogar e acolher o diferente, o novo, pois este pode nos indicar alternativas para cuidarmos melhor da vida e da casa comum.

O Papa Francisco nos exorta na *Querida Amazônia*:

A Igreja, com sua longa experiência espiritual, a sua consciência renovada sobre o valor da criação, a sua preocupação com a justiça, a sua opção pelos últimos, a sua tradição educativa e a sua história de encarnação em culturas tão diferentes de todo o mundo, deseja, por sua vez, prestar a sua contribuição para o cuidado e o crescimento da Amazônia. (*Querida Amazônia*, 2020, N° 60)

A photograph of a woman and a man planting seedlings in a field. The woman is wearing a plaid shirt and the man is wearing a light blue shirt. They are both looking down at the plants. In the background, there is a church building with a cross on top, and other people are visible. The image is overlaid with a semi-transparent white box containing text. There are also decorative splashes of orange and blue paint on the right side of the image.

CAPÍTULO 2

‘Antes de formar-te no seio materno, eu já te conhecia; antes do teu nascimento, eu já te havia consagrado e te havia designado profeta das nações’. E eu respondi: ‘Ah! Senhor Yahweh, eu nem sei falar, pois que sou apenas uma criança’. Replicou, porém, o Senhor: ‘Não diz: ‘Sou apenas uma criança; porquanto irás procurar todos aqueles aos quais te enviar, e a eles dirás o que eu te ordenar. Não deverás temê-los porque estarei contigo...’ (Jr 1,4-8).

2. Ponto de partida

Para os adolescentes articuladores e os educadores sociais do grupo gestor é importante partir de compreensões que analise nossa ação-reflexão-ação. A EDC tem um jeito especial/próprio de compreender conceitos caros para nós, como adolescência, adultocentrismo, cidadania, protagonismo, autonomia e participação, direitos humanos e o cotidiano. Sobre eles discorreremos a seguir.

2.1 Adolescência

Sérgio Henrique Teixeira

A Constituição Federal, em seu artigo 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente definem que criança e adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento. Estabelecem que é dever da família, do Estado e da Sociedade garantir com absoluta prioridade os direitos fundamentais, como a vida, a saúde, a liberdade, respeito e dignidade, a convivência familiar e comunitária, a educação, a profissionalização e proteção no trabalho.

Além da garantia desses direitos, têm que ser colocados a salvo de toda forma de violência, opressão, crueldade ou negligência. Isso, sem nenhuma distinção de cor, classe social, sexo/gênero/orientação sexual, religião, local de nascimento ou sua condição de pessoa com deficiência. A eles devem ser disponibilizados e garantidas as condições necessárias para o **seu físico**, mental, moral, espiritual, social e ético.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (OLIVEIRA, 1996, p. 116)

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera que criança é a pessoa até doze anos incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos. Daqui em diante daremos então uma atenção a esse período da vida do Ser Humano, a adolescência. Ou podemos falar em adolescências, já que vivemos em um país marcado pela diversidade.

A palavra adolescência deriva da palavra adolescere, que em latim significa crescer, amadurecer. Define-se com um fenômeno biológico, psíquico e social. Biológico, porque nessa etapa da vida o corpo humano passa por muitas transformações. Uma “descarga” de hormônios que muda o nosso esquema corporal. Aquele corpo infantil, dá lugar a um outro corpo.

No entanto, essas transformações em nosso corpo, também “mexem” com a psiquê de cada ser humano, pois começam a ser feitas outras exigências, começamos a experimentar e vivenciar outras experiências, outros sentimentos, como os apaixonamentos. Ou surgem aquelas eternas perguntas: quem sou eu, de onde vim e para onde vou, o que eu vou ser “quando crescer”? É um momento de transição, de passagem.

É um período que pode desencadear certo sentimento de perda, de insegurança, medos, até mesmo ansiedade. Mas também é um momento muito criativo, de investimentos, de movimentos para a construção de um Projeto de Vida. Para sair de um lugar e também para tirar os outros dos seus lugares de acomodação. Adolescência é potência!

Quem nunca escutou a famosa frase: “você não é mais criança para fazer isso”. Ou então: “você ainda não tem idade para fazer isso”. Parece que fica claro essa tal fase de transição de uma vida infantil, para uma vida adulta. É deixar a vida infantil, para ingressar na vida adulta, com todas as suas exigências e expectativas de futuro.

Neste período flutua entre uma dependência e uma independência extrema, e só a maturidade lhe permitirá, mais tarde, aceitar ser independente dentro de um limite de necessária dependência. Mas, no começo, mover-se-á entre o impulso aos desprendimentos e a defesa que impõe o temor à perda do conhecido [no caso a infância]. (OLIVEIRA, 1996, p.13)

Um autor chamado Knobel⁴ escreveu sobre a “síndrome da adolescência normal”. A síndrome é algo considerado como um conjunto de sintomas que acomete uma pessoa, que servem para diagnóstico de um quadro clínico. Desta forma, o adolescente demonstra uma série de sintomas e de condutas que, numa pessoa adulta poderiam ser considerados como um quadro de adoecimento. Mas para Knobel, esses sintomas e condutas que aparecem na adolescência, são considerados muito comuns e peculiares à essa idade. Como por exemplo as idealizações, a flutuação de humor, a dissonância entre tempo e espaço e as desrealizações.

Nota-se que a adolescência tem a tendência grupal (Knobel, 1992; Amaral 2007; Bock 2007;) e buscam certa uniformidade que lhes propicie segurança, sentimento de comunidade e pertencimento. No grupo é onde estabelecem relações, têm um “nome”, se afetam uns com os outros e uns pelos outros. Lá são olhados, desejados e amados, ou não, como diriam. O grupo é um espaço de alteridade, mas é familiar. Constitui-se um espaço de experimentações e de liberdade, assim como de diferenciação, seja do grupo familiar ou do mundo.

O conceito de adolescente ou de adolescência ainda está em construção, pois a adolescência é dinâmica. É conceituada em certo tempo histórico e nos territórios onde vivem. Não é uma massa homogênea, mas um contingente de pessoas pulsantes com seus desejos, sonhos, medos e expectativas e marcadas por suas realidades locais e relações vicariais.

Torna-se necessário revisitar e rever o conceito porque, em suas concepções, a psicologia naturalizou a adolescência. Considerou-a uma fase natural do desenvolvimento, universalizou-a e ocultou, com esse processo, todo o processo social constitutivo da adolescência. (BOCK, 2004, p. 33)

O estudo sobre a adolescência ganha força, principalmente, após o período da II Guerra Mundial. Naquele tempo milhares de homens entre 20 e 30 anos morreram nos campos de guerra. Isso fez com que as atenções se voltassem para os mais jovens, potencializando o seu processo de formação, tendo em vista a sua colocação no mercado de trabalho. Na Inglaterra, por exemplo, houve a necessidade da evacuação de crianças e adolescentes de sua capital, pois estava sobe bombardeio. A sociedade de mercado deu um outro reconhecimento social ao adolescente, colocando-o no lugar de consumidor potencial, passando a ser referência para a mídia e para a indústria.

⁴KNOBEL, Maurício. A Síndrome da Adolescência Normal. In ABERASTURY, Arminde e KNOBEL. Adolescência Normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

Para Dolto (1990), a adolescência é passagem que leva à conquista da autonomia para ela, essa etapa da vida é marcada por rupturas, principalmente com o ordenamento, com as leis e autoridades. Mas uma etapa propícia para a construção do projeto de vida, para fazer escolhas, inclusive de não ter que escolher.

Dolto, diz que a humanidade necessita de projetos e a adolescência necessita de projetos e não de promessas. O mundo dos adultos tende a dar respostas prontas para a adolescência, seja para tutelá-la, ou educá-la; ou respostas prontas de desesperança e impossibilidades. “A população adulta aniquila a ânsia do adolescente quando lhe diz: impossível” (*idem*, p. 79) e acaba lançando para o desamparo, que provoca a sensação de vazio e a angústia. A falta de significação que se expressa popularmente como “estou sentindo uma coisa que não sei dizer o que é”?

A adolescência não é uma crise particularizada. Não se cura ninguém da sua adolescência. Ela é passagem, processo e projeto. Nos dá a oportunidade de visitar-nos como seres humanos e de repensarmos sobre as nossas próprias adolescências, talvez não muito bem elaboradas. A relação com as adolescências nos possibilita questionar nossos valores, dogmas e verdades engessadas. É um momento que se tira todos do lugar, um movimento de desconstruções e construções constante, que nos desafia a construção de novas relações, para uma nova e atual sociedade. Adolescência é potencial criativo, transformador e libertador.



2.2 Adultocentrismo - que bicho é esse?

José Nildo Alves Cardoso

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. (FREIRE, 2007 p. 105)

Qual o lugar da criança e do adolescente neste mundo?

Depende, um adulto vai responder!

É sobre o lugar de fala da criança e do adolescente que quero dissertar sobre a palavra adultocentrismo. Afinal, uma criança perguntaria: **que bicho é esse?**

Essa palavra, “adultocentrismo”, por si só traz o seu significado, o adulto no centro, como o centro da vida, da concepção da melhor fase da vida.

Quando alguém nos pergunta qual a melhor fase da vida, a resposta sempre está nos extremos: na infância ou na velhice, pois argumenta-se que se trata de uma fase da vida sem preocupações. Por trás dessa afirmação, está outra verdade. O fato é que infância e velhice são fases da vida em que não se tem responsabilidades; responsabilidade é coisa de adulto. Ou seja, a melhor fase da vida é aquela em que você não trabalha e não tem responsabilidades com nada. Quem disse isso? **Um adulto!**

Aqui começamos a perceber a sobreposição hierárquica do adulto, pois o adulto se coloca como detentor de capacidades e habilidades que uma criança ou adolescente não possui, porque ainda não é adulto.

Imagine uma festa de adultos; é óbvio que você imaginou bebida alcoólica e liberdades. Então, imagine uma festa, não necessariamente para adultos, à qual um casal resolve levar suas duas crianças pequenas. Em trinta minutos de festa haverá alguns adultos questionando se o lugar daquelas crianças é realmente ali. Assim, questiona-se o lugar da criança nas conversas de adultos, na igreja, nos espaços públicos, nos eventos e comemorações. **Quem trouxe essa criança, que cuide!**

Quando a festa é para a criança, é preparada pelos adultos, e com todos os pressupostos dos sonhos e desejos dos adultos. Você já percebeu qual a finalidade da comemoração *mensal* de aniversário dos bebês? Seria uma festa para o bebê? É óbvio que não! Trata-se de uma festa para os adultos em torno daquele bebê. Assim ocorre com as festas infantis: o tema, a cor, os comes e bebes, a música, a maioria dos convidados, quase tudo é feito a partir do adulto. Há quem defenda que não. Então me responda se o bebê escolhe seus convidados e o sabor do bolo? Se a resposta for: “Ele ainda é um bebê!”. eu direi: A festa pode até ser para comemorar o aniversário do Bebê, mas continua sendo uma festa de adultos.

É assim que o adulto esquece que já foi criança ou que ser criança era uma condição saudosista apenas como “brincar sem responsabilidades”.

O adultocentrismo é um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância, tornando esse momento da vida apenas uma passagem, apenas um “vir a ser”, em que aprendemos a nos relacionar e a nos integrar à sociedade.

O adultocentrismo parte do pressuposto de que *“sempre sabemos, a priori, o que as crianças deverão ser, o modo como deverão viver, a forma mais correta do seu pensamento”* (Chiapperini, 2006, p. 11).

O adultocentrismo é uma expressão do patriarcalismo. Parte-se da imagem do adulto como paradigma de perfeição e maturidade, como uma etapa acabada. Estabelecida por uma ordem natural, nesta hierarquia Deus é o topo da pirâmide, seguido, em ordem, pelo homem, a mulher, os jovens, as crianças, os animais e a natureza.

A infância e a adolescência, para o adulto, é apenas uma fase de “miniadulto”, uma fase necessária para que desenvolva o adulto que existe nele ou nela. Note-se a pergunta mais comuns dos adultos quando se encontra diante de um pré-adolescente: **“O que você vai ser quando crescer?”**. O adulto espera a resposta óbvia para caracterizar a relação de vida com o sistema capitalista, ou seja, você vai trabalhar, pois se não tiver profissão (trabalho) não tem responsabilidade; logo, não é, não existe, não se formou no que se espera, um homem/mulher adulto/a.

Dessa forma, transformamos a fase da vida adulta, um critério hierárquico supremo sobre as outras fases da vida, tendo como base de avaliação: “responsabilidade” e “trabalho”, portanto, **o poder do adulto sobre a infância e a adolescência passa a ser uma relação colonial**, que desqualifica o saber, a linguagem, a cultura dos sujeitos de direitos (crianças e adolescentes).

Conicionados a seres “menores” no aspecto da insignificância, inferioridade, subordinados e subalternos. o adulto mantém sua condição superior hierárquica de “educador”, leia-se “colonizador”, dominante da relação cultural/estrutural de dominação étnico-racial, espiritual, sexual, econômica e linguística.

Além do mais, a pergunta: “O que você vai ser quando crescer?” é cruel para criança e o adolescente, pois ela, por si só, afirma que a criança e o adolescente ainda **NÃO É**. A pergunta tira a condição de sujeito de direito, coloca a criança e o adolescente numa condição de precisar ser, pois ainda não é. Por essa razão, a sociedade desenvolve todas as políticas públicas para crianças e adolescentes com o intuito de transformá-las cada vez mais rapidamente em adultos para trabalhar e ter responsabilidades, o maior desejo capitalista sobre as nossas vidas.

Observem as praças públicas do seu bairro: espaços públicos para crianças com gangorra e para idosos com mesa de tabuleiro, ou seja, lugares para vagabundos, irresponsáveis que não trabalham, pois **adulto não tem outro espaço na sociedade senão o trabalho**.

Assim, a política pública para a criança e para o adolescente não é senão para colocá-los no mercado de trabalho, através de escolarização e da profissionalização. Será feita para ocupar o tempo (a mente) e permitir que o adulto não precise deixar de trabalhar para cuidar das crianças. Dessa forma, pergunte a si mesmo: **a prioridade da creche foi pensada para a criança ou para garantir que os pais possam trabalhar?**

Ainda nesse aspecto, pela concepção do adultocentrismo, a educação torna-se necessária e inevitável à sobrevivência da sociedade centrada no adulto. Mesmo nas práticas pedagógicas, nossas crianças são ensinadas a imitarem os adultos como forma correta de vida.

Imagine a cena em que os adultos (educadores) preparam uma atividade cultural para os alunos produzirem para os pais. Esse tipo de evento costuma acontecer no carnaval, na Páscoa, no dia dos pais/mães, nas festas juninas e festas de fim de ano. As crianças se vestem como adultas, se comportam como adultas e recitam frases ou cantam como se fossem adultas. E, assim, os adultos felizes aplaudem a imitação de adulto, e todos os elogios são: **“Como as crianças crescem rápido!”**.

É esse o significado de crescer para o adultocentrismo. É a criança reproduzir rótulos, normalizar produções, linguagens e comportamentos típicos de adulto. Dessa forma, **a educação não transmite um conhecimento isento de uma ideologia adultocêntrica**.

O que torna necessário dizer que esse processo é uma violência estrutural contra a criança e o adolescente; um mecanismo que silencia as crianças e os adolescentes, típico da opressão capitalista, que apaga as possibilidades de novas construções, e reproduz a mesma heteronormatividade, carregando símbolos e signos já determinados pelos adultos.

Um dos mecanismos que legitimam/contribuem para isso é a escolarização forçada e precoce, a qual funciona como um mecanismo que “rouba” e tenta apagar as singularidades das crianças, obrigando-as a se alfabetizarem em uma única linguagem, e institucionalizando verdades únicas e universais, ou seja, um ato colonizador do adulto sobre a criança.

Educar é convencer, assim nos alerta Saramago (2008, p. 2) **“[...] aprendi a não tentar convencer ninguém. Convencer o outro é uma falta de respeito. É uma tentativa de colonizá-lo”**.

O processo de escolarização é historicamente fundamentado na subordinação, ensinar o ser sem luz = aluno, construindo a ideia de que a criança não possui a potencialidade de interpretação por si só, necessitando de um mestre que leve luz, um manual didático único para mostrar e ensinar a viver no mundo.

O processo de escolarização termina por enquadrar tempos e espaços definidos para a infância, com um referencial estipulado pelos adultos para aprender, pensar e criar relações interpessoais. Processo, também, que lhes ensina que apenas uma linguagem, a verbal, é digna de ser aprendida e valorizada.

Nesses aspectos, você educador/educadora que está lendo esse artigo, questione-se: seu processo com as crianças e adolescentes são de produção das referências adultas? Se a resposta for sim, é preciso repensar a forma de fazer, de planejar com eles, para que eles apresentem as soluções de problemas pedagógicos do aprendizado, e quando eles quiserem reproduzir as referências adultas, questione as razões e finalidades. Mesmo assim, se houve consciência da escolha, lembre-se de que a escolha do processo de aprendizado terá sido deles (sujeitos de direito) e não do adulto educador.

Qual é o lugar da criança e do adolescente nesse mundo?

Uma cidade construída para o adulto: a rua, o trânsito, o transporte, as escadas, a nossa casa, o sofá, o banheiro, as paredes, todos os móveis, tudo, absolutamente tudo foi construído para o adulto, e ainda estamos lutando pela acessibilidade do adulto com deficiência em todos esses lugares. Sequer os adultos com caso de nanismo possuem condições de ter a cidade que merecem, pois nada, nadinha foi feito para não adultos produtivos ao trabalho.

E o que foi feito para o adolescente? Nada! este foi reproduzido tendo em vista o seu tamanho de adulto, e não as suas necessidades ou condições de desenvolver suas habilidades.

Diante disso, respondo que o lugar da criança e do adolescente neste mundo, segundo os adultos, não é questão para se preocupar, afinal, essa fase da vida passa, e logo chegam as responsabilidades. Entretanto, vou desafiar essa lógica adultocêntrica para defender o lugar da criança e do adolescente onde quer que seja ou esteja: na rua, na casa, no quarto, na praça, em qualquer espaço público ou privado, com ou sem adultos. Se alguém tem condições maiores de se adaptar a um espaço, essa pessoa é o adulto. Portanto, **o adulto é que deveria melhor se adaptar aos espaços da criança e do adolescente, e não o inverso.**

É preciso revisitarmos nossos espaços de trabalho, nosso lar, nossa cidade e, com os olhos de uma criança e/ou de um adolescente, enxergar a cidade a partir de outro ângulo, de outra altura, de outros signos e significados, de outras linguagens.

Ser criança e/ou adolescente é ser o que se é, sem precisar ser um futuro incerto, determinado por adultos, que muitas vezes estão reproduzindo as mesmas incertezas de seus pais, de seus avós...

Criança e adolescente podem reproduzir o adultocentrismo? Sim, pois o adultocentrismo é estruturante, ideológico e reprodutor; desde criança o aprendemos e reproduzimos. Havendo uma brincadeira com duas crianças, ou um conflito entre adolescentes, será bem possível que um deles reivindique a hierarquia etária para se sobrepor ao outro: “eu sou mais velho que você”, **“me respeita porque eu sou quase um adulto”**, “o adulto aqui sou eu”. Portanto, o adultocentrismo não é uma patologia que só dá em adultos.

Para finalizar, queria refletir sobre os diversos serviços públicos para crianças e adolescentes que são eternos reprodutores do determinismo, do adultocentrismo. Práticas pedagógicas que ensinam a autonomia das crianças e dos adolescentes, com falas como: mas a gente pergunta se eles querem, e eles são ouvidos. Porém, são perguntados e ouvidos a partir da visão adultocêntrica.

Quase sempre com o argumento de que eles precisam primeiro amadurecer, e intuitivamente adivinhar quando estão maduros. Quando têm responsabilidades de adulto ou trabalham como adultos.

Ou seja, nossos educadores não confiam na autonomia das crianças e dos adolescentes, porque seguem regras adultocêntricas e as reproduzem como valores ideológicos sobre a vida, e, por fim, não permitem que o amadurecimento da criança e do adolescente seja do ser para si, como processo, como disse Paulo Freire.

Deixemos a criança e o adolescente ser o que é até às últimas consequências (Pedro Casaldáliga).

Se você que estiver lendo esse artigo for uma criança ou adolescente, peço-lhe desculpas, pois **quem escreveu esse bicho foi um adulto.**

2.3 Cidadania

Leandro Alves Lopes

A PAMEN compreende a cidadania como uma categoria política, pedagógica e pastoral, que aporta ideias e ideais de projetos sociais. O conceito de cidadania evoluiu, e hoje percebemos que só é possível falar em cidadania em um Estado Democrático de Direitos, que zela e busca a efetivação dos Direitos Humanos. É no estado democrático que as necessidades coletivas são postas em prol do bem-estar social e do desenvolvimento do país.

No Estado Democrático foi possível legitimar e tirar da clandestinidade a organização popular em todos os níveis da federação. Como exemplo disso temos os conselhos de direitos, fóruns, grêmios estudantis, sindicatos, associações, enfim, espaços onde a vida pública se problematiza e busca apontar políticas para a superação das desigualdades, violências e injustiças.

Fomos percebendo que só ter o direito e sua regulação corporificada através das políticas públicas e sociais não foi o suficiente para as mudanças estruturais, pois as políticas representam uma dualidade entre os campos dos interesses do capital e a assistência às necessidades humanas básicas,

[...] a dualidade que faz delas ora instrumentos de controle e dominação, ora mecanismos de garantia dos direitos sociais da população de baixa renda, por parte do Estado [...] a mesma fábrica do progresso que produz a política de genocídio, possibilita também ao conjunto da classe trabalhadora conquistar e garantir seus direitos sociais. (SOUZA NETO, 2011, p. 64)

Porém, as políticas públicas resultam de um processo amplo de cidadania que, na ponta, estabelecem os diversos sistemas únicos (saúde, educação, assistência social e previdenciário), permitindo aos cidadãos, ao menos no campo ideário, participarem das definições de prioridades, fiscalização e avaliação dos resultados. Por sua vez, todo esse processo também afeta os cidadãos, gerando novos lócus de compreensão sobre a cidadania, de formação de novos homens e mulheres públicos.

Logo, a tripla conjugação – cidadania, direitos e construção do Estado Democrático – exige práticas educativas imbuídas de uma ótica humanizadora, para ajudar os sujeitos a concretizarem a nova ordem social (cf. Lopes, 2020). Nesse sentido, a PAMEN tem uma contribuição que se soma ao campo progressista ao propor o projeto Escola de Cidadania.

O exercício da cidadania imprime uma práxis que possibilita às pessoas lutarem contra as contradições desumanizadoras que têm produzido os descartáveis, desolados, desprezados e criminalizados pela sociedade, como também aponta o Papa Francisco.

Cidadania, para nós, cristãos, é o fazer o bem, é a postura samaritana, que no cotidiano humaniza as relações; cidadania é também o profetismo que anuncia “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27). Cidadania é a experiência que transforma as angústias, o medo, a tristeza em solidariedade, compaixão, fraternidade; logo, cidadania é um constante processo de tomar consciência da realidade e assumir uma postura ativa para exigir melhores condições de vida.

Entretanto, tem-se sempre como fio condutor as tramas do capitalismo que privilegia as políticas desenvolvimentistas em detrimento de políticas que coloquem os sujeitos na rota da cidadania e, assim, alimentando crises econômicas, podendo variar na intensidade e na forma com que se manifestam, mas o que é possível constatar são seus efeitos: desemprego, subemprego, trabalho infantil, exploração sexual, crime organizado, dentre outros. (LOPES, 2020, p. 79)

O conceito de cidadania é mutável e histórico. Logo, está em constante mudança, pois se trata de uma prática humana, o que nos faz questionar: qual tipo ideal de cidadania? “[...] entre a idealização de uma cidadania plena e a de uma cidadania mais esvaziada existem muitos tipos de cidadania em construção”. (MANZINI-COVRE, 1991, p. 41).

De acordo com Arendt (2012) cidadania viria a ser o potencial de um grupo estar disposto a lutar pelo “direito de ter direitos”.

Se a base da cidadania é a luta por direito observa-se que ao longo dos últimos três séculos ele se deu por meio da busca por direitos civis (século XVIII), políticos (século XIX) e sociais (século XX), gerando, segundo Gadotti, uma pluralidade de conceitos:

[...] cidadania política: direito de participação numa comunidade política; cidadania social: que compreende a justiça como exigência ética da sociedade do bem-viver; cidadania econômica: participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; cidadania civil: afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; cidadania intercultural: afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo. (GADOTTI, 2000, p. 1-2)

Entretanto, mesmo a partir dessas definições, muitas pessoas não se enxergam como cidadãos, como aqueles à margem da sociedade,

[...] aqueles que não produzem nem consomem, os resíduos de um sistema capitalista desumanizador do ser e das relações que gera as crianças órfãs, pessoas em situação de rua, idosos desamparados, famílias sem trabalho e ou moradia, migrantes, refugiados, vítimas de abuso e exploração sexual, dependentes químicos, encarcerados, dentre outros. Eles existem, resistem e sobrevivem neste Estado Democrático, onde o ordenamento jurídico lhes atribui a condição de sujeito de direitos e cidadão. (LOPES, 2020, p. 82)

Isso nos atenta para a existência da construção de três grupos de homens e mulheres sob a categoria cidadania, os cidadãos, os subcidadãos e os não cidadãos, em que os primeiros têm acesso aos bens materiais e culturais; os segundos, os que produzem e consomem a partir dos fetiches, mas não detêm os meios de produção: são a classe trabalhadora; e os terceiros, vítimas do processo de desumanização e indiferença: são os descartáveis, como alerta o Papa Francisco, aqueles cuja dignidade nem mesmo o Estado Democrático é capaz de resgatar, cabendo-lhe apenas o assistencialismo, a tutela e ou extermínio silencioso através da política econômica neoliberal.

Para garantir a justiça social e a dignidade humana sob a ótica do Estado neoliberal, cabe aos oprimidos tensionar os governos por vias democráticas, pelo ato de reflexão-ação-reflexão, isso é de mobilização da sociedade civil, propondo políticas públicas e sociais que deem respostas aos seus dramas.

Por isso, a PAMEN propõe o projeto EDC, ajudando na formação de adolescentes, pois é agindo e refletindo dentro de um contexto que se fortalece o Estado Democrático, trata-se de uma educabilidade que visa ajudar a “[...] a se libertarem, estabelecendo, enfim, uma nova ordem social que tenha a defesa de todas as formas de vida, da dignidade e a convivência familiar e comunitária repactuada, superando todas as formas de desigualdade”. (LOPES, 2020, p. 85)



2.4 Protagonismo, Autonomia e Participação

Regina Coeli Calil Lustoza Leão e Marilda dos Santos Lima

A participação popular e o processo de educação para a cidadania, entre outros. Para que a descentralização viabilize processos de participação, é necessário que se garanta o acesso às informações da gestão de forma transparente, com entendimento acessível a toda a população e assento nos espaços de decisão. Estes, por sua vez, precisam ser vistos para além dos espaços formais, isto é, tão importante quanto os espaços institucionais dos Conselhos previstos em lei, a eleição de governantes e legisladores na democracia formal, são os espaços que se podem criar para facilitar a formação cidadã. Nesse sentido, chama-se a atenção para a juventude que precisa aprender a se reconhecer como protagonista na história, afinal, participar significa tomar parte de uma ação coletiva.

Protagonismo Juvenil

Entende-se como “Protagonismo Juvenil” um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais em que o jovem é sempre o ator principal. É uma forma superior de educação para o exercício da cidadania, não pelo discurso das palavras, mas pelo curso dos acontecimentos. É passar a mensagem da cidadania criando acontecimentos, onde o jovem ocupa uma posição de centralidade.

O Protagonismo Juvenil significa que o jovem participa como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla. Outro aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade. Na raiz do protagonismo tem de haver uma opção livre do jovem, ele tem de participar na decisão se vai ou não fazer a ação. O jovem tem de ser envolvido em todas as etapas da ação: desde o seu planejamento, depois na execução da ação, na sua avaliação e na apropriação dos resultados (Costa, 2001).

Existem dois padrões de protagonismo juvenil: quando as pessoas do mundo adulto fazem junto com os jovens e quando os jovens fazem de maneira autônoma. Protagonismo Juvenil, para Bruno Silveira, em sua declaração ao site do Instituto de corresponsabilidade pela educação, “é o processo no qual o jovem é simultaneamente sujeito e objeto da ação de desenvolvimento de suas potencialidades”.

Há, uma diversidade de juventudes a serem analisadas que não conseguimos vislumbrar nas clássicas tipologias que são aplicadas aos jovens. Embora tenhamos sujeitos sociais dentro de uma mesma faixa etária, deparamo-nos cada vez mais com uma variedade de composições para além dessas categorias históricas. Devemos, assim, reconhecer que JUVENTUDES expressa esse plural, do qual não podemos abrir mão, sob risco de cair em definições simplórias e vagas sobre sujeitos sociais diversos e complexos. Essa pluralidade se explicita à medida que os jovens emergem como sujeitos políticos para a sociedade. Conforme salientou Bourdieu (1980), a juventude é apenas uma palavra se não nos atentamos para os diferentes contextos e condições sociais em que esses sujeitos estão inseridos. Não se pode desconsiderar a participação efetiva dos jovens nos grandes temas e paixões, nos dilemas mundiais, nas transformações sociais contemporâneas.

Abramo (2008), em publicação baseada em pesquisa nacional sobre juventude brasileira realizada em 2003, destaca enfoques possíveis sobre juventude no Brasil, fruto da relevância dessa categoria no contemporâneo, ou seja: um enfoque na dimensão política dos jovens como sujeitos que protagonizam novos espaços de luta em diferentes movimentos sociais, com capacidade para incidir sobre a transformação da sociedade; os jovens, num recorte demográfico, isto é, como um contingente que tem demandas específicas, sobretudo em termos de políticas sociais e, por fim, o enfoque dos jovens como sujeitos de direitos, o que implicaria numa abordagem que ultrapasse os espaços prescritos aos jovens e tente entendê-los em sua singularidade e complexidade.

Portanto, para além dos conceitos normativos, apresenta-se um enorme desafio para a política pública em suas diferentes esferas de avançar no que concerne a esses distintos universos juvenis. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, de 2010, há no Brasil 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade, um contingente que equivale a $\frac{1}{4}$ da população do País. Em *Agenda Juventude Brasil*, publicação da Secretaria Nacional da Juventude de 2014 que traz resultados de pesquisa amostral de abrangência nacional realizada em 2013, a etapa juvenil é “marcada por trajetórias relativamente longas, intermitentes e, muitas vezes, não lineares de formação, inclusão social e desenvolvimento da autonomia” (BRASIL, 2014, p. 16).

É importante notar como a noção de etapa de vida atravessa a explicação, mas, ao mesmo tempo, incorpora a noção de trajetória para indicar os diferentes arranjos de vida que traçam percursos distintos para sujeitos numa mesma faixa etária. Ao considerar as trajetórias, a Agenda é bastante assertiva em apresentar os comuns e os diferentes, ao mesmo tempo em que reconhece as desigualdades que condicionam a vida dos jovens brasileiros. Mais do que uma etapa de vida, os jovens vivem experiências e conflitos muito particulares; portanto, a superação dos esquemas modulares que tendem a homogeneizar a juventude apresenta-se como um caminho para romper com as representações estetizadas dos jovens, ora centradas no velho paradoxo da ameaça X esperança, ora referenciadas em imagens de consumo. A pluralidade não deve ser vista de maneira abstrata; ao contrário, é preciso considerá-la a partir de algumas dimensões que lhe dão concretude, isto é, a desigualdade, a diversidade e a diferença. Os jovens vivem condições desiguais de vida, os jovens são diversos enquanto dimensão sócio-humana e os jovens produzem modos de viver muito diferentes. É, portanto, nosso desafio que todo o percurso que façamos de conhecimento e reconhecimento considere as falas, os gestos, as ações, as práticas criadas e significadas por esses sujeitos. São formas e conteúdos novos que nos fazem pensar sobre o lugar da diferença em nossas ações individuais ou coletivas, profissionais ou militantes, e também nos fazem discutir os novos direitos sobre os quais ainda precisamos nos debruçar para tornar a vida *humana*.

Finalizando, ressaltamos que o protagonismo juvenil é princípio para ações com adolescentes, pois oferece a esses adolescentes uma oportunidade de apresentarem suas realidades, vivência, os assuntos de interesse próprio, serem escutados, além de propiciar um momento de reflexão sobre suas ações que podem ajudar na construção de um projeto de vida. A implantação da EDC visa um projeto de vida mais sólido para esses adolescentes, trabalhando os laços comunitários, familiares.

2.5 Direitos Humanos - Escola de Cidadania: Um Caminho de Fé, Formação e Transformação.

Vitor Cavalcante de Sousa Valério

O conhecimento nunca é demais, conhecimento liberta, conhecimento transforma, o conhecimento edifica, o conhecimento tira a venda dos nossos olhos, o conhecimento [nos faz enxergar] as coisas de forma diferente, e ilumina as nossas mentes, fazendo-nos enxergar mais longe e ampliando nossos horizontes e as nossas perspectivas. (Márcio de Medeiros Lima)

Não é de hoje que ouvimos, repetimos e ensinamos que a Educação é o verdadeiro caminho para a transformação humana e social. Quando falamos de Educação falamos de conhecimento, de uma troca de experiências, de um ato de questionar, aprender e transformar a nós mesmos e o que nos cerca. Paulo Freire, um dos maiores educadores e filósofos do nosso país, disse certa vez: *“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo”*.

Todos nós viemos de uma realidade familiar, social, cultural, que em alguns casos se assemelham, em outros, não. É preciso que cada um de nós pare e pense um pouco: o que eu vejo da minha realidade? Será que o nosso mundo precisa ser transformado? Será que onde e como já vivemos é o suficiente para nós? E se algo precisa ser transformado como fazer para alcançar esse objetivo?

Cada um deve encontrar suas respostas para tais perguntas, entendendo que o que nos faz progredir não são simplesmente as respostas, mas sim, a capacidade de sempre se perguntar, de estar sempre inquieto, como uma criança que vai descobrindo as coisas e perguntando sobre elas sem ficar totalmente satisfeita com as respostas.

Há uma história contada por um dos maiores filósofos de todos os tempos, chamado Platão. Em sua obra intitulada *A República*, Platão narra um diálogo interessante entre dois personagens: Sócrates e Glauco. Sócrates pede para que Glauco imagine a existência de uma caverna onde há pessoas prisioneiras que sempre viveram lá, com as mãos amarradas em uma parede.

Tudo o que essas pessoas observam são sombras que são projetadas na parede que está diante dessas pessoas. Essas sombras ocorrem porque na parte de trás da caverna há uma fogueira e pessoas passam diante da fogueira fazendo gestos e passando com objetos, formando as sombras que são toda a verdade que aqueles prisioneiros conhecem. A parede frontal da caverna, as sombras, os ecos dos sons que as pessoas produzem são todo o conhecimento daqueles prisioneiros.

Acontece que, certo dia, um prisioneiro se libertam das correntes e, caminhando pela caverna ele percebe a presença de pessoas e uma fogueira que projetava as sombras que ele julgava ser a totalidade do mundo. Ele encontra a saída da caverna e tem um tremendo susto ao ver o mundo como ele realmente é. Inicialmente, como acontece quando estamos no escuro e acendemos a luz, ele tem a visão ofuscada pela claridade. Aos poucos, a visão acostuma-se com a luz e ele começa a ver a infinidade de coisas, da natureza, do mundo existente fora da caverna. Ele começa então a entender que as sombras que julgava serem a realidade do mundo, na verdade eram “cópias imperfeitas” de uma pequena parcela da realidade. Tudo é novo e inquietante.

Diante daquela descoberta, o prisioneiro, agora liberto, tinha dois caminhos a trilhar: seguir sua vida de novas descobertas ou retornar à caverna para contar a novidade e libertar seus amigos prisioneiros. A primeira opção é a mais fácil, contudo, é mesquinha, egoísta. Aquelas pessoas que estavam presas eram seus amigos desde a infância. Com ele, viveram toda a vida presos naquela caverna, acreditando que o que viam era toda a realidade. A segunda opção exigiria dele paciência para a troca de experiências, ensinamentos, e até mesmo suportar ser chamado de *louco* pelos seus amigos. Essa é uma grande decisão que precisamos tomar na vida!

Será que estamos presos numa caverna (o nosso mundo) vendo sombras imperfeitas da realidade e acreditando que isso é a verdade das coisas? Estamos dispostos a quebrar as correntes que nos aprisionam e sair de nossos comodismos juvenis para enxergar a realidade como ela realmente é? E mais ainda, estamos dispostos a voltar à caverna e a “libertar” os nossos amigos? Como dissemos, mais importante que as respostas são as perguntas. Elas que nos movem, nos impulsionam, nos deixam inquietos e nos levam a encontrar novas respostas.

Essa arte de se questionar e de questionar as coisas, **sempre com responsabilidade e bom senso**, é uma das características fundamentais dos grandes profetas da história. Jesus questionou atitudes e práticas de seu tempo. A exemplo do Mestre, a Igreja tem um papel importante nos tempos de hoje: formar profetas que anunciam o Evangelho, mas que também denunciam as injustiças, em especial, as injustiças sociais; formar homens e mulheres dispostos a tirar as correntes e a atravessar a entrada da caverna para ver a novidade das coisas, mas que também sejam ousados e corajosos para voltar ao interior e “libertar” os seus.

Essa missão profética nem sempre é bem compreendida. Há uma célebre frase de Dom Hélder Câmara que nos revela isso: “Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo; quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista”. Os profetas, mesmo em meio às incompreensões do mundo atual – que como os homens presos na caverna podem chamar o recém-liberto de louco – têm esta missão: Anunciar e Denunciar! Dom Luciano Mendes, fundador de nossa amada Pastoral, foi um desses grandes profetas de nosso tempo. Homem santo, anunciou a Boa Nova de Cristo para tantas pessoas, mas denunciou as injustiças que maltratavam o nosso povo, especialmente as injustiças cometidas contra crianças e adolescentes.

A Pastoral do Menor surge nesse anseio, em meio a um país que estava vivendo os últimos anos de Ditadura Militar, ditadura sangrenta, que aprofundou as desigualdades sociais e matou a infância. Nesse resgate histórico da Pastoral do Menor, o Artigo 6º do Documento Princípios, Diretrizes e Organização diz:

Art. 6º: A preocupação pela situação das crianças e adolescentes em situação de risco consistiu em intuições proféticas espalhadas pelo Brasil e é nesse quadro que surge a Pastoral do Menor como força que busca a organização das respostas às necessidades das crianças e adolescentes empobrecidos, de forma efetiva.

É por isso, que dentre as Dimensões da Ação, o décimo artigo do citado documento nos ensina: “A Pastoral do Menor, na realização de suas ações, leva em consideração as dimensões: III – Profética: denúncias e anúncios evangélicos do novo, buscando uma prática transformadora”.

Foi essa dimensão profética que moveu a Pastoral do Menor, de tantos agentes, coordenadores, crianças e adolescentes espalhados por todo o país, pessoas simples, desconhecidas, que somaram suas forças para a luta pela redemocratização do Brasil e a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A primeira vitória alcançada foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um Estado Democrático de Direito após um longo período de Ditadura Militar.

Mas o que significa *Estado Democrático de Direito*? Esse conceito surge em oposição a um Estado Monárquico, onde o rei determinava todas as regras a serem seguidas. Era o rei quem criava as leis, julgava o povo e governava (poderes legislativo, judiciário e executivo). Tudo estava centrado em uma só pessoa, a ponto de o rei francês Luís XIV chegar a dizer: “O Estado sou eu”. Em oposição a esse Estado em que todo o poder era exercido por um só homem, a sua livre escolha, surge então o *Estado de Direito*, onde as regras são estabelecidas por leis escritas e não mais pela vontade de um só homem. Contudo, isso não foi suficiente. Fazia-se necessário também que essas leis surgissem da vontade do povo, daí o termo “Estado Democrático de Direito”, porque as leis precisavam ter um conteúdo democrático, **que surgissem do poder do povo, em nome do povo e para o povo**. A Constituição Federal de 1988, conhecida também com a Constituição Democrática, absorveu esse conceito e estabeleceu no artigo primeiro:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos: [...] Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (grifos nossos).

Além de garantir que o poder surja da vontade do povo, a Constituição também determinou no artigo 4º a prevalência dos DIREITOS HUMANOS, que são direitos essenciais à vida de qualquer pessoa. É importante que tenhamos isso em mente para combatermos os desvios e preconceitos que algumas pessoas têm com relação a esse termo. O direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, todos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) e na própria CF/88, são direitos essenciais a qualquer pessoa humana e não privilégios, como algumas pessoas querem fazer parecer. Portanto, ser defensor(a) de Direitos Humanos não é ser defensor(a) de “privilégios para os mansos” e sim, ser defensor de direitos fundamentais, essenciais para a vida de qualquer pessoa.

A previsão em lei desses direitos humanos, tornando-os direitos fundamentais, foi uma conquista de anos de lutas e mobilizações. A Marcha contra o Trabalho Infantil, as milhares de assinaturas em torno da inclusão do artigo 227 da CF/88, que afirma serem criança e adolescente prioridade absoluta, a mobilização de toda a Sociedade Civil para a aprovação do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, são exemplos de que o conhecimento, o empoderamento, a mobilização e lutas valem à pena.

Mas essas conquistas só foram possíveis com a participação de todas e todos. Não podemos debater e discutir direitos de crianças e adolescentes sem a presença deles. A Pastoral do Menor, atenta e pioneira nesse processo, faz acontecer a ESCOLA DE CIDADANIA, um caminho de fé, formação e transformação. Um espaço de troca de conhecimentos, construção coletiva, educação, em vista de uma transformação humana e social.

É preciso entender que o “Mito da Caverna” ainda está aprisionando muitos de nós e lhes digo como: há uma distinção entre a Eficácia Jurídica e a Eficácia Social de uma lei. A Eficácia Jurídica é a lei vigente, em palavras simples, é a lei valendo. Por exemplo, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente são leis com eficácia jurídica. Já a eficácia social são essas leis realmente mudando para melhor a vida das pessoas. Não adianta a lei dizer que todos têm direito à saúde (eficácia jurídica) se ainda tem muita gente que morre em filas de hospitais (eficácia social). E assim poderíamos citar tantos outros exemplos com tantos outros direitos.

Portanto, a luta pela efetivação de direitos continua! A necessidade de quebrar as correntes que nos prendem e sair do comodismo de ver as coisas “imperfeitas” (as sombras que os presos da caverna viam na parede) e passar a enxergar as coisas como elas realmente são, é urgente e precisa de VOCÊ!

Vamos fazer valer a luta de tantas pessoas que passaram antes de nós, que alcançaram grandes conquistas! Agora é a nossa vez! É a sua, a minha, as nossas vozes juntas, dizendo: PARTICIPAÇÃO, SIM! PROTAGONISMO, SIM! EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS, SIM! VIVA A ESCOLA DE CIDADANIA! VIVAM OS PROFETAS DA PASTORAL DO MENOR!



2.6 Cotidiano

Leandro Alves Lopes

A centralidade do projeto EDC é o adolescente e suas relações consigo mesmo, com sua vida, com o outro, com a natureza e com Deus. Logo, uma importante chave de leitura deve ser bem explorada: trata-se do cotidiano dos adolescentes, seus dramas, suas alegrias, suas inquietações, sua cultura. É nessa trama que se edificam saberes. “Toda relação educativa é uma relação entre pessoas que aprendem a viver os saberes, os valores, os ritos, hábitos e costumes de uma determinada época em uma dada sociedade.” (GRACIANI, 2014, p. 25).

É no cotidiano que as contradições entre a antiga ordem social e a nova ordem social se confrontam. Nessa disputa, infelizmente, o que tem prevalecido é a lógica da economia, que favorece um seleto grupo em detrimento da maior parte da população, ameaçando as vidas de crianças, adolescentes, famílias, até do planeta.

Desse modo, é preciso ajudar os adolescentes e a os educadores a extraírem das vivências e experiências cotidianas

[...] marcadas pela solidariedade e pela justiça social, como estratégia importante na superação das adversidades humanas. Nesse sentido, concebe-se o ser humano como sujeito, capaz de produzir uma reação que altera os padrões sociais, que busca resistir, encontrando rotas de fuga em vista da sobrevivência. É preciso consciência da lógica de desumanização e desigualdade social, caso contrário, está-se fadado a reproduzi-la. (LOPES, 2020, p. 69)

Essa lógica perversa, que produz e retroalimenta a desigualdade social, está presente na realidade brasileira desde o período da colonização, o que vem gerando marcas na forma de ser, pensar e agir da população. Alguns aspectos dessas marcas podem ser observados na cultura, como o favorecimento de algo em troca de interesses escusos, a inferiorização de grupos, a tutela e o assistencialismo.

O cotidiano neste projeto é compreendido como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do adolescente, quando eles se permitem refletir sobre essas e outras questões culturais, relacionais, políticas, econômicas e ambientais e avaliar se são vítimas e produtores, e dessa forma buscar, com seu coletivo, respostas para alterar e ressignificar a lógica perversa posta na vida cotidiana.

Considera-se a vida cotidiana um “[...] conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social” (HELLER, 1977, p. 19), onde o cotidiano acaba por se constituir na base da história, pois, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. (HELLER, 1970, p. 20).

É na trama da história que ocorrem as transformações sociais, as lutas de classe, a alienação e a conscientização, a opressão e a libertação.

Importante pensadora, Agnes Heller (1929 – 2019) nos ajuda a refletir sobre o cotidiano e a cotidianidade⁵ é . Ao estudar os fenômenos do cotidiano ela aponta para a necessidade de problematizar as rotinas de cada indivíduo e grupos sociais a partir das questões objetivas e subjetivas da vida, de modo que a reflexão possa desvelar aquilo que na rotina da vida se torna oculto, mecanizado e alienante.

Para Heller (1987), se nas relações familiares, no trabalho ou ainda na produção artística estão os elementos de alienação, também é possível encontrar ali a criação e a transformação da vida.

É no cotidiano que a vida humana se estabelece, no espaço familiar, comunitário e institucional, “[...] ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade [...]” (HELLER, 1970, p. 17), homens e mulheres se tornam emissor e receptor de sentimentos, sonhos e frustrações, criando e destruindo, buscando a satisfação egóica ou coletiva.

É no cotidiano que ocorrem as conquistas e derrotas, os exercícios de democracia e de absolutismo, de emancipação e submissão; onde o adolescente deve se apropriar dessas compreensões e se perceber como agente desse movimento, contribuindo para a “[...] politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1996, p. 45) ou para a manutenção da alienação.

A proposta da EDC deve ajudar os adolescentes e se perceberem nesse cotidiano, do qual ele/ela vai desenvolvendo uma consciência que lhes permite desvelar o sistema das “coisas” já prontas, isto é, dos aparelhos, sistema em que o próprio homem se torna objeto de manipulação (cf. KOSIK, 1963), o cotidiano banal, alienado (cf. LEFEBVRE, 1991), e ainda a petrificação das características da vida cotidiana (cf. HELLER, 1977). Pois a real transformação e mobilização passa pela superação dos mecanismos de alienação, petrificação e manipulação que nos torna “alguém-ninguém”.

A superação ou “[...] destruição do mundo alienado da cotidianidade, não significa apenas a transformação revolucionária, conquanto forma superior, mas também, como alienação e como modificação existencial, ‘soluções’ em nível individual” (KOSIK, 1995, p. 77). Se a superação da alienação é a tomada de consciência individual e coletiva, ela ocorre a partir de suas experiências objetivas e subjetivas do cotidiano ou do não-cotidiano, “[...] a verdadeira consciência é um comportamento que busca as conexões objetivas da realidade, sendo também um ato de liberdade [...]” (HELLER, 1970, p. 105).

É no próprio cotidiano alienante que está a chave para a libertação, “[...] o cotidiano aparece como espaço onde nossas experiências básicas de vida podem desenvolver em nós necessidades pelas quais estamos dispostos a fazer reivindicações [...]” (HELLER, 1998, p. 53), exercitar a cidadania, a luta pela democracia, pelos Direitos Humanos, e valores como justiça, ética e solidariedade.

É no cotidiano que as pessoas se encontram com o seu sofrimento e o do outro. Tal experiência extrapola a vivência, quando é sentida de modo objetivo e subjetivo, reflete-se sobre ela e se compreende como ela nos afeta. [...] O sentido de experiência, que aqui se entende, está implicado na reflexão de Benjamin (1985, 1987 e 2013). As experiências são vividas de maneira particular, pois o vivenciado afeta a cada um de forma diferente, seja pelo concreto ou subjetivo, seja por alguma memória ativada pelos sentidos ou ainda a partir dos seus elementos históricos e culturais. (LOPES, 2020, p. 98-99)

⁵“O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação!” (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

É no cotidiano que os grupos, coletivos, gangues se formam, deformam e resistem. Não é à toa que os grupos e coletivos como Hip Hop, a capoeira, os saraus, o rap, os bailes funk etc., criam, resistem e constroem novas narrativas e formas próprias de fazer leitura do mundo que os cerca.

Por isso, os temas geradores, os conteúdos do itinerário formativo, as vivências partem do cotidiano do adolescente, pois é do vivido e sentido por eles que os saberes emergem. Logo o adolescente através das práticas sociopedagógicas, sociopolíticas e sociopastorais da EDC “[...] vai buscar a sua matéria à experiência, a própria ou as que lhe foram relatadas. E volta a transformar essa matéria em experiência daqueles que o ouvem contar” (BENJAMIN, 2013, p. 152), assim, tornando-se sujeitos de sua própria história, tecendo novas cidadanias, protagonismos, direitos e sociedade.



3. Referenciais Bibliográficos

ARENDDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Crises da República**. Trad. José Volkman. 2. ed. São Paulo: Nova Perspectiva, 2004a.

_____. **Responsabilidade e Julgamento**. Trad. Rosaura Eichenberg. Edição Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras, 2004b.

_____. **A promessa da política**. Organização e introdução Jerome Kohn. Trad. Pedro Jorgensen Jr., 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.

CNBB. **Campanha da Fraternidade - Fraternidade e o Menor**. São Paulo: Paulinas, 1987.

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da indignação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia da esperança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, M. **Escola cidadã educação pela cidadania**. 2000. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1645/3/FPF_PTPF_13_009.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

_____. **Educação popular, Educação Social, educação comunitária**. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2012. Disponível: em <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2019.

GRACIANI, M. S. S. A formação do educador social e a Pedagogia da Convivência. In: **Educadores Sociais: a importância**

da formação na implementação de tecnologias sociais. Org.: Marcos F. Ramos e Artur Roman. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educomunicacao/formacao_educadores_sociais_fundacao_bb_2011.pdf#page=93>. Acesso em: 09 jun. 2018.

_____. **Pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100038&lng=en&nrm=abn>. Access on: 14 Mar. 2021.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

_____. **El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce**, Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.

HELLER, A. O cotidiano e a história. 4. ed. Tradução de Carlos N. Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

_____. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

_____. A concepção de família no estado de bem-estar social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 8, n. 24, 1987.

_____. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

LOPES, L. A.; Souza Neto, J. C. de. **Formação do educador social: a experiência do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto**. Revista de Ciências da Educação. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL. Programa de Mestrado em Educação – Americana, SP, Ano XX no 42 jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/issue/view/32/4> Acesso em: 18 ago. 2019.

LOPES, L. A. **O projeto Escola de Cidadania da Pastoral do Menor: uma proposta sociopedagógica e pastoral inovadora**. Anais do IV Congresso Internacional Salesiano de Educação A pesquisa como ato político na contemporaneidade X Seminário Sobre Educação Sociocomunitária - Americana, SP, 2019. Disponível em: <http://www.lo.unisal.br/sistemas/conise/anais.pdf> Acesso em: 25 mar. 2020.

LOPES, L. A.; CAPECCHI, M. C. V. M. ; SOUZA NETO, J. C. ; TEIXEIRA, S. . **The Role of the 'Guiding Educator' in the student group: For citizen training-action**. RoSe - Research on Steiner Education, 2021.

MANZINI-COVRE, M. de L. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PAMEN - PASTORAL DO MENOR. **Plano Nacional de Formação**, 2018.

PAMEN - PASTORAL DO MENOR. **Projeto Político**, 2018.

PAMEN –PASTORAL DO MENOR. **Princípios, Diretrizes e Organização**, 2017.

SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R.; de (orgs.) **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.

SOUZA NETO, J. C. de. Pedagogia Social e as Políticas Sociais no Brasil. *In: Pedagogia social*. Silva, R. da; Souza Neto, J. C. de; Moura, R. A. de (orgs.). São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009, p. 257-271.

SOUZA NETO, J. C. de. **Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Expressão & Arte, 2002.

_____. Pedagogia Social: A formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 16, n. 32, p. 29-64, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/4404>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

_____. **A trajetória do menor a cidadão**: filantropia, municipalização, políticas sociais. São Paulo: Arte Impressa, 2011.

Adultocentrismo e conflito social no cotidiano das crianças - Descolonizando a educação. Acessado em 23/03/2021, disponível em:

https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/158331/RZQ61UGoulart_Ana_Lucia_Flavio_Santiago.pdf

Vídeo: **Vida Maria** (Filme 2017). Acessado em 23/03/2021, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4

Uma Cidade Amigável às crianças é uma Cidade melhor pra todos. Acessado em 23/03/2021, disponível em: <https://leiturinha.com.br/blog/cidade-das-criancas/>

Pedagogia da Autonomia. Paulo Freire. Acessado em 23/03/2021, disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>

SARAMAGO, J. Papo homenageia os 90 anos de José Saramago. Belo Horizonte, P&B, 1999. Esperanças e utopias. O caderno de Saramago, S/L. Acessado em 23/03/2021, disponível em: <https://www.josesaramago.org/>.

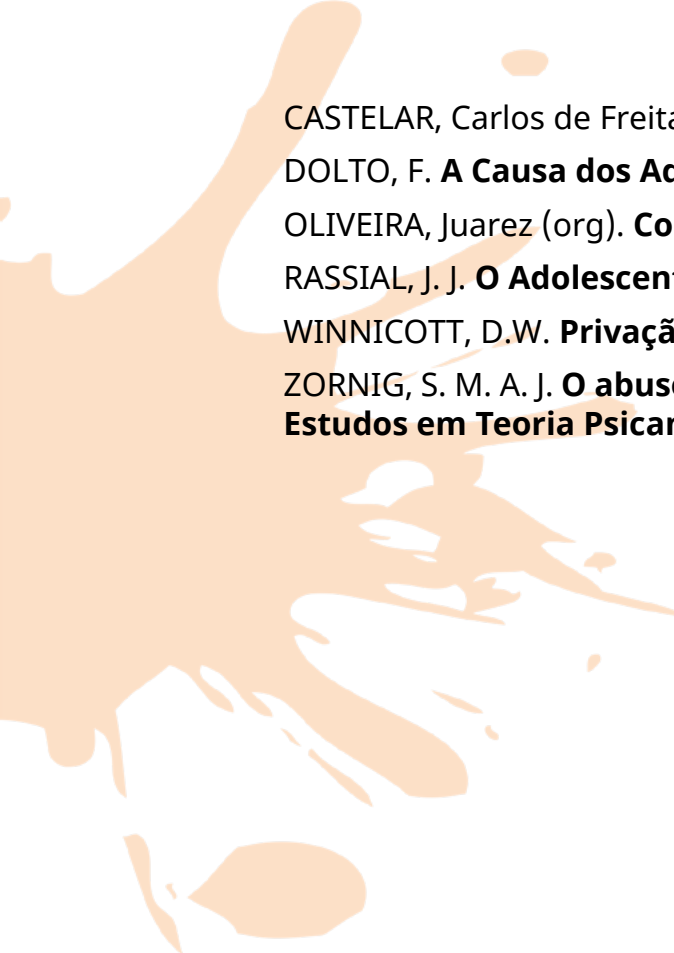
Uma conversa sobre adultocentrismo. Acessado em 23/03/2021, Disponível em: <https://www.agenciajovem.org/wp/uma-conversa-sobre-adultocentrismo/>

CHIAPPERINI, C. (org.) Walter Kohan - Infanzia e filosofia. Milano: Morlacchi Editore, 2006.

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão**. *Cad. CEDES*. [online]. abr. 2004, vol.24, no.62 [citado 14 Dezembro 2004], p.26-43.

_____. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan./jun., 2007.



CASTELAR, Carlos de Freitas. **Crise da Adolescência** – Visão Psicanalítica. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1989.

DOLTO, F. **A Causa dos Adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

OLIVEIRA, Juarez (org). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed. Saraiva, 1996

RASSIAL, J. J. **O Adolescente e o Psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

WINNICOTT, D.W. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZORNIG, S. M. A. J. **O abuso de substâncias tóxicas na adolescência: uma tentativa de incorporação do objeto? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica***. Rio de Janeiro, v. 17, n. spe., p. 51-62, ago, 2014.





Parceiros:



CHIESA
CATTOLICA
ITALIANA

MISEREOR
IHR HILFSWERK

Realização:

